



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EVERTON MENEZES ROSA FRANCO**

**NEOLIBERALISMO, DESENVOLVIMENTISMO, RUPTURA E CONTINUIDADE: A  
NOVA MATRIZ ECONOMICA DO GOVERNO DILMA**

**SALVADOR**

**2017**

**EVERTON MENEZES ROSA FRANCO**

**NEOLIBERALISMO, DESENVOLVIMENTISMO, RUPTURA E CONTINUIDADE: A  
NOVA MATRIZ ECONOMICA DO GOVERNO DILMA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

**SALVADOR**

**2017**

**EVERTON MENEZES ROSA FRANCO**

**NEOLIBERALISMO, DESENVOLVIMENTISMO, RUPTURA E CONTINUIDADE: A  
NOVA MATRIZ ECONOMICA DO GOVERNO DILMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Economia da Universidade Federal da Bahia - FE/UFBA como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Banca Examinadora**

---

**Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata**

Universidade Federal da Bahia – UFBA

---

**Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza**

Universidade Federal da Bahia – UFBA

---

**Prof. Dr. Leonardo Bispo de Jesus**

Universidade Federal da Bahia – UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me possibilitar concluir este projeto. Aos meus pais Edeval e Marize e a minha tia Vilma pela paciência, carinho e ajuda nos momentos difíceis. A minha esposa, Tamara Dantas Franco, por suportar os momentos em que estive ausente devido as demandas impostas pelos estudos. Ao meu amigo Danilo Farias, nossas conversas acerca da política econômica foram essenciais para amadurecer muitas das questões discutidas neste trabalho. Ao meu professor, orientador e amigo, Henrique Tomé da Costa Mata, sem o tempo, a orientação e a paciência dispensadas este trabalho seria inviável. Agradeço também ao meu amigo, o professor doutor Gilson Magno dos Santos, pela ajuda e amizade que muito me influenciaram a buscar uma formação menos economicista.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o conjunto de políticas econômicas implementadas pelo governo Dilma Rousseff entre 2011 e 2013 conhecida como Nova Matriz Econômica, considerada como um aprofundamento das políticas gestadas durante os governos Lula I e II e verificar se estas políticas foram de fato influenciadas pela estratégia de desenvolvimento social desenvolvimentista ou consistem apenas na continuidade de políticas neoliberais. Os dois mandatos do presidente Lula são considerados como momentos de transição e implementação de políticas social desenvolvimentistas, na busca por flexibilizar e substituir o direcionamento neoliberal até então vigente culminando com as propostas consubstanciadas na Nova Matriz Econômica, onde os antagonismos referentes a direção da política econômica tornam-se mais evidentes. A metodologia utilizada consistiu na revisão bibliográfica de artigos e livros, assim como na análise de dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, Ipeadata, e Ministério da Fazenda. Constatou-se que a Nova Matriz Econômica, assim como as políticas implementadas durante o governo Lula, teve forte fundamentação social desenvolvimentista, diferindo do direcionamento dado a economia entre 2006 e 2010 devido ao contexto sócio econômico, interno e externo que demandou uma mudança na estratégia de desenvolvimento sem, contudo, abandonar a fundamentação desenvolvimentista.

**Palavras-chave:** Nova Matriz Econômica. Governo Dilma. Governo Lula. Política Econômica.

## ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the set of economic policies implemented by the Rousseff government between 2011 and 2013 known as New Economic Matrix, considered as a deepening of the policies developed during the Lula I and II governments and to verify if these policies were in fact influenced by the Strategy of developmental social development or consist only of the continuity of neoliberal policies. The two mandates of President Lula are considered as moments of transition and implementation of developmental social policies, in the quest to flexibilize and replace the neoliberal direction hitherto in force culminating with the proposals embodied in the new economic matrix, where antagonisms regarding the direction of economic policy Become more evident. The methodology used consisted of the bibliographic review of articles and books, as well as the analysis of statistical data provided by IBGE, Ipeadata, and the Ministry of Finance. It was verified that the New Economic Matrix, as well as the policies implemented during the Lula administration, had a strong developmental social foundation, differing from the direction given to the economy between 2006 and 2010 due to the socio-economic context, internal and external, that demanded a change in strategy Without abandoning the developmentalist foundation.

**Palavras-chave:** New Economic Matrix. Government Dilma. Lula Government. Economic policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Planos heterodoxos de estabilização no Brasil.....	23
Gráfico 2 - Indicadores de vulnerabilidade externa.....	36
Gráfico 3 – Evolução do salário mínimo no brasil 2002 – 2014.....	37
Gráfico 4 - Salário mínimo x inflação 2003 – 2015.....	38
Gráfico 5 - Custo da cesta básica em percentual do salário mínimo.....	39
Gráfico 6 - PAC do governo federal -valores empenhados em termos nominais em r\$ bilhões.....	40
Gráfico: 7 - Crescimento do pib mundial em %.....	42
Grafico: 8 - Impacto da crise da zona do euro na economia global.....	43
Gráfico 9 - Total de ativos do FED, Banco Central Europeu, Banco do Japão e Banco da Inglaterra, em us\$ bilhões.....	44
Gráfico 10 - Crescimento do produto industrial mundial em relação ao mesmo trimestre anterior (%)......	45
Gráfico 16 - Taxa de investimento no Brasil em porcentagem do PIB.....	46
Gráfico 11 - Tariação anual do pib no brasil 2002/2014.....	47
Gráfico 12 – Formação bruta de capital fixo (1997-2017) acumulado em 4 trimestres.....	48
Gráfico 13 - IPC_A- acumulado em 12 meses na economia brasileira 1999 / 2017.....	48
Grafico 14 - Taxa de crescimento do consumo das familias.....	48
Gráfico 15 – Taxa básica de juros – SELIC 2001 – 2013.....	49
Gráfico 16 - Spread bancário ( pessoa jurídica + pessoa física).....	50

Gráfico 17 - Saldo em transações correntes.....	50
Gráfico 18 - Rentabilidade da industria de transformação vs cdi*(renda fixa) .....	52
Gráfico 19 - Taxa de investimento em porcentagem do PIB.....	54
Gráfico 20 - Desembolso do bndes em r\$ bilhões .....	58
Gráfico 21 Evolução da taxa de câmbio 1999 – 2017.....	63
Gráfico 22 – Resultado primário do setor público.....	64
Gráfico 23– IPC-A índice de preço ao consumidor amplo.....	65
Gráfico 24 -Investimento em infraestrutura 2002/2013.....	66
Gráfico 25 - Massa salarial no brasil 2002/2013.....	67
Gráfico 26 - Taxa de crescimento do consumo das famílias 2002/2014.....	67
Gráfico 27 - Taxa de desemprego no brasil 2003/2014.....	67
Gráfico 28 – Reservas cambiais brasileiras 2002 - 2014 em us\$ bilhões.....	68



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reajus real do salário mínimo.....	38
Tabela 2 – Mudança nas condições de financiamento(ônibus e caminhões).....	55
Tabela 3 – Mudança na condição de financiamento (PSI).....	56
Tabela 4 – Mudança na condição de financiamento (Bens de Capital) .....	58
Tabela 5 - Mudança na condição de financiamento (Exportação) .....	59
Tabela 6 - Mudanças na condição de financiamento (Inovação) .....	59
Tabela. 7 - Dados do nível de extrema pobreza e pobreza da população na região Nordeste...	69

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>O NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>A ESTRATÉGIA NEOLIBERAL.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>ABERTURA COMERCIAL, PRIVATIZAÇÕES NO GOVERNOS COLLOR.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3</b>	<b>ABERTURA COMERCIAL, PRIVATIZAÇÕES E O TRIPÉ MACROECONÔMICO NOS GOVERNOS ITAMAR E FHC.....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO LATINO AMERICANO.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>O VELHO DESENVOLVIMENTISMO.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>ODESENVOLVIMENTISMO CONTEMPORANEO OU SOCIAL.....</b>	<b>29</b>
	<b>DESENVOLVIMENTISMO</b>	
<b>4</b>	<b>O SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO COMO POLITICA ECONOMICA.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1</b>	<b>O GOVERNO LULA.....</b>	<b>32</b>
<b>4.2</b>	<b>GOVERNO DILMA: CONTEXTO ECONÔMICO EXTERNO.....</b>	<b>39</b>
<b>4.3</b>	<b>O SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO DO GOVERNO DILMA: NOVA MATRIZ ECONÔMICA.....</b>	<b>42</b>
<b>4.4</b>	<b>SIMILARIDADES E CONTRADIÇÕES ENTRE AS DUAS MATRIZES GOVERNAMENTAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>5</b>	<b>CRITICA A POLITICA ECONOMICA DO GOVERNO DILMA.....</b>	<b>65</b>
<b>5.1</b>	<b>HETERODOXOS E A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA.....</b>	<b>65</b>
<b>5.2</b>	<b>HORTODOXOS E A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA.....</b>	<b>67</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## 11INTRODUÇÃO

O debate acerca do padrão de desenvolvimento econômico mais adequado para o país se estende desde a Era Vargas, quando o nacional desenvolvimentismo logrou uma transformação estrutural na economia, inaugurando a era industrial no Brasil. Após o abandono das ideias desenvolvimentistas em prol de políticas fortemente neoliberais, durante a década de 1990, a eleição, em 2002, de um governo voltado para uma reorientação da visão não vigente na economia, reacendeu o debate entorno da política econômica e suas implicações para o desenvolvimento do país.

A flexibilização do tripé macroeconômico e as políticas de transferência de renda, apoiadas no ciclo de crescimento das *commodities* durante o primeiro Governo Lula, acirrou o enfrentamento entre concepções antagônicas no que se refere aos rumos que a economia deve seguir. As questões em discussão passam pelo papel e atuação do Estado, conteúdo das políticas macroeconômicas, a natureza e a pertinência da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, a importância e abrangência das políticas sociais, a participação e a importância relativa do mercado interno e externo no processo de desenvolvimento, a identificação de qual variável de demanda deve puxar o processo de desenvolvimento e a natureza do processo de desindustrialização (FILGUEIRAS, 2015).

Apesar de um forte crescimento no PIB, em 2010, em torno de 7% a.a., o governo Dilma Rousseff teve início em 2011 num ambiente externo extremamente desfavorável e influenciado, fortemente, pelos efeitos da crise financeira, com início em 2008 pela queda acentuada na demanda global, gerada pela crise da dívida na Europa (GENTIL; HERMAN, 2014).

Ainda que tenha começado o primeiro ano do seu governo com um severo ajuste fiscal, extremamente criticado, justificado pelo diagnóstico de que a redução na taxa de juros poderia gerar uma forte saída de dólares, desvalorizando o real e puxando para cima a inflação, a concepção segundo a qual era possível acelerar as reformas iniciadas durante o governo Lula com a implementação de políticas que fossem um marco no enfrentamento explícito as diretrizes neoliberais, se apresentou como uma possibilidade factível.

Assim, as dificuldades das empresas exportadoras de concorrer no cenário internacional atribuída a valorização cambial, que afetou a competitividade das empresas, combinado ao

IPC-A, beirando o teto da meta são indicadores que caracterizam o ambiente escolhido para o Governo intensificar uma série de formulações de cunho desenvolvimentista e que estavam sendo gestadas desde o Governo Lula (SINGER 2015)

O segundo semestre de 2012 marcou uma guinada importante na condução da política macroeconomia do governo Dilma, o modelo baseado no desenvolvimento voltado para a expansão do mercado interno, com políticas de redistribuição de renda, aumento real do salário mínimo, e uma forte expansão do crédito bancário para pessoa física, ganhou como componente principal uma política macroeconômica e setorial voltada para a intensificação do estímulo da oferta agregada com uma política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato fornecido por bancos estatais, câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação para "estimular" o setor exportador da indústria da industrial.

No que se refere à política monetária, o sentido também era o de estimular a indústria com uma sucessão de mudanças sofridas pela taxa básica de juros, Selic. Segundo Pires (2014), O Conselho de Política Monetária (COPOM), numa decisão ousada e bastante criticada, decidiu iniciar uma redução nas taxas de juros, que chegou a marca histórica de 7,25% em outubro de 2012 e que foi mantido num patamar reduzido até abril de 2013, quando a taxa básica de juros volta a crescer, chegando a 11%.

Além das chamadas políticas macro prudenciais, como a elevação dos depósitos compulsórios dos bancos, com o intuito de reduzir a dependência da taxa de juros para conter a demanda, incidiam diretamente sobre o volume de crédito disponível. Outro aspecto importante da política monetária foi a utilização de bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, como meio de forçar os bancos privados a reduzir os custos dos empréstimos bancários.

É preciso considerar, entretanto, que a análise adequada das questões nacionais passa pela compreensão da relação entre sistema econômico e político. Diferente classe social dentro de um mesmo país tem interesses conflitantes, complementares ou excludentes. É da conformação destes interesses que se constroem as políticas macroeconômicas que direcionam regem o desenvolvimento dos países. Está justamente na compreensão deste quadro a possibilidade de entender qual a natureza e o propósito das políticas implementadas durante o primeiro governo Dilma.

Negligenciar estas questões e atribuir o comportamento dos agentes apenas ao cálculo econômico é ignorar o componente básico da dinâmica capitalista em qualquer país, ou seja, a correlação de força entre as classes sociais determina a distribuição funcional da renda, é a partir da compreensão deste conflito distributivo que brota a possibilidade de conhecer a dinâmica econômica do país (SOUZA, 2015).

A partir do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar o conjunto de políticas econômicas implementadas pelo governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2013, conhecida como Nova Matriz Econômica, considerada como um aprofundamento das políticas gestadas durante os governos Lula I e II, e verificar se estas políticas foram, de fato, influenciadas pela estratégia de desenvolvimento social desenvolvimentista.

Para atingir o objetivo proposto, Além desta introdução, este trabalho é composto por quatro outros capítulos. No segundo capítulo são discutidas as bases na implantação de políticas neoliberais no Brasil. Em seguida, serão abordados os governos Collor, Itamar e FHC que, apesar do contexto histórico diferente, com uma conjuntura que devido a fragilidade externa brasileira ora impulsiona ora comprime a economia, são governos nos quais os cunhos centrais das políticas tiveram sempre um direcionamento neoliberal, ainda que com matizes diferentes.

No terceiro capítulo será realizada uma descrição do desenvolvimentismo como fenômeno histórico, baseado na ideia do Estado comandando o processo de desenvolvimento por intermédio de uma aliança de classes com o setor produtivo.

O quarto capítulo aborda o social desenvolvimentismo como base para implementação de política econômica, descreve componentes básicos da Nova Matriz Econômica e aponta sua adequação ao social desenvolvimentismo. Em seguida será feita uma abordagem analisando as críticas a estratégia de desenvolvimento proposta e implementada pelo Governo Dilma.

No capítulo final serão realizadas algumas considerações acerca das conclusões as quais se chegou neste trabalho.



## 2 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

### 2.1 A ESTRATÉGIA NEOLIBERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A ortodoxia liberal vê a história do sistema capitalista como uma confirmação da vitória do livre comércio e do mercado desregulamentado sobre o intervencionismo, nocivo ao processo de desenvolvimento dos países, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento. Chang (2002, p. 30) argumenta que a narrativa que envolve todo o arcabouço liberal tem seu fundamento na ideia de que a Grã-Bretanha tinha suas energias empreendedoras podadas por práticas intervencionistas, quando se inclinou inteiramente para o livre comércio conseguiu superar a França intervencionista e principal rival.

Foi justamente o abandono do execrável protecionismo agrícola, segundo a visão liberal, materializado na eliminação das *CornLaws*, assim como a renúncia às medidas remanescentes do mercantilismo que viabilizou o acesso do país ao desenvolvimento. O principal instrumento da Grã-Bretanha teria sido seu sucesso econômico proveniente do livre comércio e este êxito incentivou outros países a adotarem as instituições liberais a partir da década de 1860. Há, ainda, outro ponto importante no que se refere a consolidação do livre comércio como modelo ao processo de desenvolvimento, a sua confirmação teórica, implementada por Adam Smith e David Ricardo, para longe de qualquer questionamento da superioridade do *Laissez – Faire*.

Essa ordem liberal mundial, como nos mostra Chang (2002), aperfeiçoada por volta de 1870, apoiava-se em políticas industriais do *laissezfaire*, poucas barreiras aos fluxos de capitais, bens e trabalho, estabilidade macroeconômica nacional e internacional, garantida pelo padrão ouro e que viabilizou um período de prosperidade sem par.

Entretanto, com a Primeira Guerra Mundial, a instabilidade causada pelo conflito fez com que os países, temendo as consequências do embate bélico, voltassem a levantar barreiras comerciais. Um exemplo seria os Estados Unidos, no qual as tarifas levantadas tiveram consequências desastrosas para a economia, levando o país a uma Grande Depressão, em 1930.

A visão intervencionista da economia prosseguiu dominante até por volta da década de 1970, apoiadas em teorias equivocadas segundo a visão liberal, apoiando-se nos argumentos da

indústria nascente e o estruturalismo latino – americano e só teve seu ocaso por volta do final de 1970. O Baixo crescimento se manifestou em forma de sucessivas crises na década de 1980, evidenciando o limite do intervencionismo estatal como fonte capaz de viabilizar o crescimento econômico.

A consequência da visão apresentada acima acerca da economia é que o resultado da tentativa de estimular a economia via planejamento, seja macroeconômico, seja setorial, é sempre desastrosa para o conjunto da sociedade, uma vez que as distorções introduzidas no livre funcionamento do mercado só causariam mais inflação e alta do desemprego.

Assim, o objetivo da macroeconomia nos marcos do neoliberalismo seria defender a moeda, assegurando a estabilidade dos preços, e garantir a livre concorrência, como nos mostra Filgueiras (2000). Quando a ação Estatal é necessária, a exemplo de programas sociais, ela deve se dirigir apenas ao indivíduo, a exemplo da proposta de imposto de renda negativo, por meio de programas focalizados.

No que se refere ao ambiente político, o neoliberalismo não prescinde, em suas formulações, da noção de democracia representativa e o estado de direito garantidor dos direitos individuais, entretanto, é importante ressaltar a aversão a todo tipo de ação de cunho coletiva, como a sindical, vistas como corporativistas e contrárias ao interesse mais geral (FILGUEIRAS,2004).

Fukuyama, (1992), ao considerar o liberalismo americano como o ponto máximo de desenvolvimento e evolução política da humanidade, dá o tom da formulação neoliberal: o capitalismo é a ordem natural, começo e fim da história; o capitalismo e a ordem social decorrente são, desta forma, a realização da natureza humana.

A partir dos governos de Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, a doutrina liberal começa a se expandir com força pelo mundo. Focada, principalmente, na ideia de que a crise do capitalismo nos anos 70 era consequência do aumento do poder dos sindicatos, que pressionavam por aumentos de salários e, por sua vez, pressionava para cima os preços e inviabilizava os lucros e fragilizava o Estado, devido ao aumento do déficit público (CARCANHOLLO,2014).



Em decorrência desta avaliação, a solução óbvia seria desconstruir o pacto social democrata e erguer uma nova forma de gestão estatal, calcada na desregulação da economia, substituindo a intervenção estatal pela livre concorrência dos mercados, principalmente nos mercados de trabalho e financeiros.

Na América Latina, as políticas liberais foram estabelecidas por intermédio do Consenso de Washington, reunião de membros de organismos internacionais, economistas e representantes dos países interessados, com o intuito de fornecer um instrumental a ser aplicado nas economias, com a promessa de retomada do crescimento e estabilização econômica.

A proposta central é a de que a estabilização deve estar necessariamente, acompanhada por reformas estruturais que transformem as bases da economia e viabilizem a implementação das medidas necessárias a seu sucesso, como descreveu Carcanholo(2012, p. 20):

Dentre as propostas, tem-se a disciplina fiscal, que visaria a obtenção de um superávit primário e de um déficit operacional de no máximo 2% do PIB. A prioridade fiscal seria "... redirecionar os gastos de áreas... que recebem mais recursos que seu retorno econômico justifica... para áreas negligenciadas com alto retorno econômico e potencial... outra proposta seria a manutenção de uma disciplina monetária e a desregulamentação financeira interna para liberalizar o financiamento, com o objetivo final de obter uma determinação da taxa de juros via mercado, mas com uma taxa real moderada. No que se refere à taxa de câmbio, ela deveria ser unificada em cada país e fixada em um nível competitivo, mas aceitando alguma sobrevalorização momentânea como componente de programas de estabilização.

No que tange a política externa, a liberalização comercial e financeira, seriam os instrumentos responsáveis por aumentar a concorrência interna, mobilidade, poupança externa e reduziria o risco de políticas inadequadas. Ao ponto em que desregulamentar os mercados de bens e de trabalho e privatizar estatais, ao acentuar o papel do mercado na economia, ajudaria a elevar o grau de competitividade econômico aumentando a produtividade e gerando empregos de qualidade.

Para Franco (1996), estas medidas são necessárias para que o país possa galgar um grau maior de desenvolvimento, livre dos vícios impetrados pelo modelo de substituição de importações, que incentiva a ineficiência e que tem, como consequência, a estagnação da taxa de crescimento e da produtividade, por eliminar a competição.

Considerando o que foi visto até aqui, fica claro que o neoliberalismo não deve ser caracterizado apenas tomando como referência as políticas política cambial, fiscal ou monetária. O fato de haver uma mudança no direcionamento da política, deve-se ao ambiente econômico e ao contexto no qual tal instrumento é implementado. Tomando como exemplo o Brasil no governo de Itamar Franco, quando da criação do Plano Real, uma política notadamente heterodoxa de controle de um dos preços centrais da economia, o câmbio, foi executada seguindo o direcionamento do Consenso de Washington.

Segundo Carcanholo(2012)

Ao contrário do que se imagina a estratégia neoliberal de desenvolvimento não é sinônimo de uma política econômica (monetária, fiscal e cambial) ortodoxa e, de alguma forma, é até independente. O neoliberalismo, segundo seus formuladores, se define em um maior nível de abstração, o da estratégia de desenvolvimento. Segundo seus defensores, duas seriam suas características: (i) é necessário obter a estabilização macroeconômica (inflacionária e das contas públicas), como uma pré-condição, e; (ii) dado (i), são necessárias reformas estruturais (liberalização, desregulamentação e abertura de mercados, junto com amplos processos de privatização) que elevem o papel do mercado na determinação dos preços e quantidades de equilíbrio, retirando as possíveis distorções introduzidas por mecanismos populistas. Com os corretos sinais fornecidos pelo mercado e a elevação do ambiente competitivo, a promessa sempre é a de que crescerá a produtividade e, portanto, a economia, assim como ocorrerá uma redistribuição da renda que for produzida.

Desta forma, a estratégia de desenvolvimento neoliberal pode ser compreendida num nível mais alto de abstração, não importando se a política implementada tem natureza ortodoxas ou heterodoxas. O ponto central é perseguir o objetivo, qual seja a estabilização da economia.

## 2.2 ABERTURA COMERCIAL E PRIVATIZAÇÕES: O NEOLIBERALISMO DURANTE O GOVERNO COLLOR

O Consenso de Washington foi transformado num receituário a ser aplicado nos países Latino Americano, sob a ideia da austeridade e a disciplina fiscal, como instrumentos necessários aos países periféricos no intuito de galgarem maiores graus de desenvolvimento. Para Tavares (1994), o diagnóstico era de que a crise da dívida, que se abateu sobre os países latinos americanos, era fruto de erros de política econômica realizados por estes países, desconsiderando os choques econômicos e os problemas causados das dívidas externas.

Segundo esta leitura, corrigindo as políticas realizadas e adotando as reformas tuteladas pelo FMI e o BIRD, as dívidas poderiam ser pagas e a retomada do crescimento seria uma consequência da guinada na condução da economia. A estratégia adotada no pós-guerra, de industrialização via substituição de importações, resultou num crescimento introvertido e em más alocações de recursos, com um Estado excessivamente intervencionista, provocando escassez de poupança para o setor privado, com empresas públicas tendo a sua competitividade diminuída, o que teve impacto negativo na exportação.

A pensar de ser um consenso no que se referem aos liberais, os empresários brasileiros, assim como boa parte da elite, não estavam ainda convencidos da viabilidade das mudanças propostas. Entretanto, apelando para os descamisados e os sem voz, e considerando-se guardião da sociedade, Fernando Collor foi eleito presidente do Brasil e propõe um projeto de desenvolvimento articulando combate à inflação, reformas estruturais e mudanças nas relações entre o Brasil e o resto do mundo, com características fortemente neoliberais.

Para Filgueiras (2012), o que viabilizou a implementação das propostas apresentadas pelo presidente Fernando Collor foi o caos no qual o país se encontrava. O fracasso das experiências heterodoxas fez com que as elites, ainda relutantes durante o primeiro turno das eleições acerca da adesão ao projeto apresentado, em contraposição ao “mais do mesmo” oferecido pelos heterodoxos.

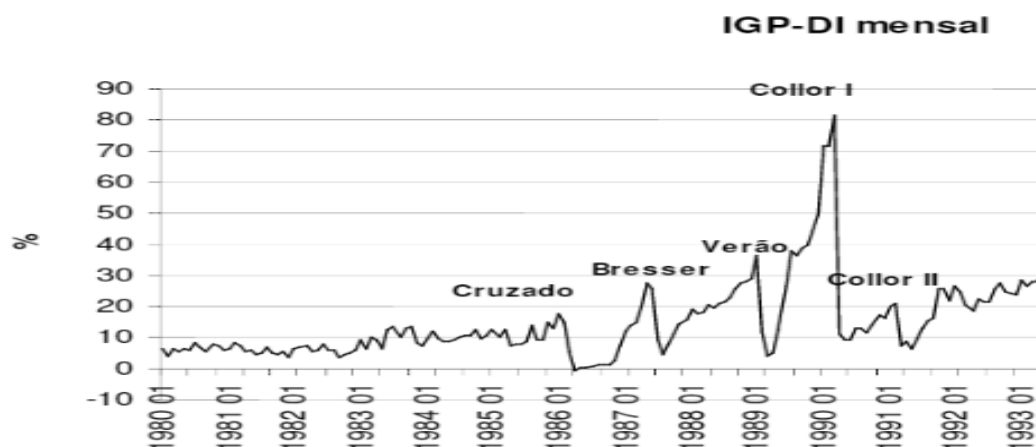
O programa de estabilização apresentado pelo presidente Collor, conhecido como Plano Brasil Novo pode ser assim resumido, segundo Filgueiras (2012): a) reforma monetária; com a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro, o confisco dos ativos financeiros, reduzindo a liquidez da economia de 25% para 10% do PIB; b) ajuste fiscal; tinha como objetivo um superávit operacional de 2% do PIB. Constituídos de medidas tributárias como redução do prazo de recolhimento dos impostos, ampliação da tributação, aumento das alíquotas, cobrança do IOF em operações da bolsa, caderneta de poupança e títulos em geral, venda de ativos da União e privatização de empresas estatais, e uma reorganização do Estado com corte dos gastos governamentais; c) as privatizações, que formam a parte central do projeto, com títulos conhecidos como Certificados de Privatizações adquiridos pelos bancos; d) uma política de renda baseada na desindexação da economia através da prefixação de preços e salários, além do realinhamento das tarifas e preços públicos administrados, como objetivo de administrar o conflito e evitar uma recessão; e) política industrial e de comércio exterior que se fundamentou

numa liberalização abrupta das importações, expondo o industrial brasileiro a concorrência internacional; e f) uma política de câmbio flutuante.

Para Carcanhollo (1996), o motivo que levou o Plano Collor a falhar foi a sua inaplicabilidade. A retenção de um montante enorme de crédito implicaria no estancamento do sistema de pagamentos e culminaria numa grave crise bancária, devido ao aumento da inadimplência.

O roteiro que se seguiu ao plano, como aponta Figueiras (2012), foi o mesmo observado nos planos de estabilização de viés heterodoxo; num primeiro momento, devido a redução da liquidez na economia, houve uma queda abrupta da inflação, saindo de 21%, em fevereiro, para 7,3%, em março de 1990. No entanto, essa redução substancial da inflação causou uma queda de 4% do Produto Interno Bruto no mesmo ano, sendo responsável pela queda do emprego e da renda nacional. Em seguida, com a falência do plano e a monetarização da economia a inflação retorna.

**Gráfico 1** Planos Heterodoxos de Estabilização no Brasil



Fonte: Ministério da Fazenda.

O gráfico acima revela o fracasso dos planos de estabilização realizados durante os anos 80. O mecanismo de estabilização utilizado, o chamado choque heterodoxo, congelamento dos preços, que ao final acabava por causar uma distorção nos preços relativos; uma vez que o congelamento fazia com que alguns preços estivessem defasados no momento da implantação dos planos, causando escassez de oferta e um nível maior de inflação nos períodos posteriores, piorando ainda mais a inércia inflacionária.

## 2.3 ABERTURA COMERCIAL, PRIVATIZAÇÕES E O TRIPÉ MACROECONÔMICO: O NEOLIBERALISMO NOS GOVERNOS ITAMAR E FHC

A instabilidade provocada pela alta inflação seria resolvida com o Plano Real ainda no governo Itamar Franco, vice do presidente Fernando Collor, que o sucedeu após o *impeachment*. Desta forma, a chamada terceira via encontrada em Fernando Henrique Cardoso, convocado à estar à frente do Plano Real como Ministro da Fazenda, e que na eleição seguinte, quando toma posse como presidente, graças ao sucesso do plano em debelar a inflação, deu início a uma retomada das políticas neoliberais.

De acordo com Rodrigues (2011), a renegociação da dívida externa brasileira, liderada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, no contexto do Plano Brady, iniciativa que visava reestruturar a dívida dos países tendo como contrapartida reformas liberais, serviu como demonstração da eficácia de FHC enquanto representante dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, na implementação de medidas que visassem a estabilização da economia via reformas neoliberais.

Em 1994, o então Ministro anuncia um plano de estabilização fundamentado inteiramente no chamado Consenso de Washington e que tinha como objetivo alavancar, mais tarde, a candidatura de FHC à presidência da república. Nesta proposta, a desregulamentação financeira e a estabilidade econômica eram pontos centrais.

Na tentativa de conter a memória inflacionária, o Plano Real foi implementado em 3 fases, a saber: em primeiro lugar, o governo adotou um Programa de Ação Imediata, o PAI, que foi um mecanismo de equilíbrio orçamentário, pois o governo, com o fim da inflação, teria dificuldades em fechar suas contas e criou o FSE (Fundo Social de Emergência) e a IPMF (Imposto Sobre Movimentação Financeira), sendo o FSE o responsável justamente de tirar recursos da área social, garantido pela constituição de 1988, para o governo manejar da maneira que quiser.

A segunda fase consistiria na criação de um mecanismo original de transição, um índice único e obrigatório de indexação, que restituiria a função de unidade de conta da moeda, assim criou-se a URV e a terceira fase seria responsável pela restauração das duas outras funções da moeda, ou seja, a de servir como meio de troca e reserva de valor, assim ocorreria a transformação da URV em Real.

A pesar do sucesso em reduzir a inflação, o Plano Real mostrou-se inconsistente no que se refere a sua capacidade de manter o bom nível dos indicadores macroeconômicos, essa condição ficou explícita nas três crises que se seguiram; a crise do México, em dezembro de 1994, a crise dos países asiáticos, em junho de 1997, e, por fim, a crise da Rússia, em agosto de 1998.

A abertura comercial precipitada e a sobrevalorização do real, condição principal de manutenção do plano calcado na ancora cambial, foram responsáveis pela queda nas importações e pela perda de competitividade da indústria nacional. Um outro efeito do combate a inflação via Plano Real pode ser observado nos sucessivos déficits da balança comercial. Em 1994, o Brasil teve um superávit de US\$ 10 bilhões, para um saldo negativo de US\$ 3,35 bilhões, em 1995, e US\$6,6 bilhões, em 1998.

Como saída da crise cambial instaurada, o governo recorreu, em 21 de junho de 1999, a uma remodelagem das diretrizes macroeconômicas, que ficaria conhecida como tripé macroeconômico, substituindo a ancora cambial, base do plano real, composto com câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação.

Os déficits crescentes na balança comercial, devido a exposição à abertura comercial revelam a extrema vulnerabilidade da economia brasileira. Com o balanço de pagamentos vulnerável, a abertura comercial e financeira e a sobrevalorização do real, a única alternativa para manter o modelo foi a manutenção de altas taxas de juros para atrair o capital estrangeiro e manter o balanço de pagamentos estável.

O resultado deste *mix* foram baixas taxas de crescimento e estagnação da economia, também devido à falta de qualquer tipo de política industrial, tecnológica ou agrícola por parte do Estado, que foi responsável por uma piora significativa dos indicadores macroeconômicos. Todas as variáveis macroeconômicas, excetuando-se a inflação, tiveram um baixo desempenho por conta das altíssimas taxas de juros que sustentava a ancora cambial.

O déficit público cresceu sistematicamente em decorrência dos juros. No que se refere ao setor externo houve um aumento do déficit em transações correntes, devido ao aumento das remessas de lucro e do crescimento do montante de juros pagos, além do aumento das viagens internacionais viabilizado pela valorização do real.

Em resumo, o país perdeu a capacidade de resistir a choques externos desestabilizadores. A consequência é que o país ficou mais suscetível a agir de forma reflexiva em relação a economia mundial. Qualquer país com alta vulnerabilidade é muito sensível frente a eventos externos e sofre, de forma significativa, as consequências de mudanças no cenário internacional, enquanto os eventos domésticos desse país têm impacto nulo ou quase nulo sobre o sistema econômico mundial (GONÇALVES 2014).

### 3 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO LATINO AMERICANO

#### 3.1 O VELHO DESENVOLVIMENTISMO

As mudanças pelas quais o país tem passado durante os governos do PT reacenderam o debate entorno das possibilidades e limites apresentados por um padrão de desenvolvimento, entendido como um conjunto de atributos econômicos sociais e políticos que estruturam, organizam e delimitam a dinâmica do processo de acumulação de capital e as relações econômico-sociais a ele subjacentes.

È importante observar que o sentido do termo pode se alterar de acordo com a vertente teórica ou com os objetivos do usuário, assim, seguindo Bielschowski(2014), expor as características do chamado “velho desenvolvimentismo é bastante útil no sentido de compreender a sua versão mais recente”.

Bresser (2013) argumenta que há duas formas de organizar econômica e politicamente o capitalismo: o liberalismo econômico e o desenvolvimentismo. Ainda que haja vários matizes dentro destas duas estratégias de desenvolvimento, elas são as duas formas fundamentais por intermédio das quais se expressam as possibilidades de formulações das políticas governamentais.

Na América Latina, o desenvolvimentismo teve como fonte primeira de formulação a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que foi criada depois da Segunda Guerra, com o propósito de estudar os problemas da região e propor soluções.

Como berço do desenvolvimentismo, a CEPAL foi responsável por propor políticas que ajudassem a América Latina a alcançar as mesmas condições de bem-estar que os países desenvolvidos haviam conquistado. Destas formulações, originou-se um conjunto de medidas que buscavam compreender a realidade da região, considerando suas especificidades e problemas, contrastando com a teoria dominante, que não diferenciava países industrializados e desindustrializados na prescrição de políticas (BIELSCHOWSKY, 2000).



A CEPAL tinha um conjunto de teses que buscavam explicar o atraso relativo dos países latino americanos em comparação aos países desenvolvidos, a saber: a) a tese centro versus periferia, segundo a qual os países ricos tiram proveito da expansão desigual do progresso técnico, tendo a sua produtividade elevando a produtividade de todos os setores da sua economia; b) deterioração dos termos de troca, segundo a qual os países subdesenvolvidos, especializados em exportar e produzir *commodities*, produto com valor agregado menor que os produtos industrializados; o que fazia com que os ganhos de produtividade fossem transferidos da periferia para o centro; c) A inflação tinha causas estruturais, tendo como sua principal causa a rigidez na oferta de alimentos, o que contraria a tese liberal de que o excesso de demanda frente a oferta era a causa principal da inflação, tendo, portanto, um componente conjuntural básico para sua explicação; d) o planejamento estatal era o caminho mais adequado para conduzir a industrialização do país, domesticando as forças de mercado; e) o desemprego estrutural como produto da adoção de técnicas oriundas dos países desenvolvidos, que detinham o domínio tecnológico em detrimento do que os países subdesenvolvidos tinham em abundância, que era a oferta de mão de obra; e f) a substituição de importações seria o caminho para a industrialização do país, iniciando com produtos que exigissem tecnologia simples e seguindo em direção a dominação de técnicas que permitissem a construção de bens de capital e de consumo duráveis (BUHSE 2015)

O que caracterizam o “velho desenvolvimentismo” é a formulação de um projeto de industrialização conduzida pelo Estado, que pressupõe uma coalizão de classes, que associa empresários, trabalhadores e burocracia pública, que durou de 1930-1960 e tinha como ponto central a transformação estrutural da economia, da base agrário-exportadora á urbana industrial, tendo como consequência o descolamento do poder econômico e político em favor da burguesia industrial, em contraposição aos interesses dos proprietários de terras e recursos naturais (GONÇALVES, 2012).

Desta maneira, sendo o desenvolvimentismo expressão real de formas existentes de organização do sistema capitalista, estas manifestações podem ser autoritárias ou democráticas, conservadoras ou progressistas e bem ou malsucedidas.

Historicamente, segundo Moreira(2015), o nacional-desenvolvimentismo teve três fases com objetivos econômicos e sociais diferentes. A primeira fase corresponde ao primeiro governo

de Getúlio Vargas (1930 – 1945). Com destaque para as políticas voltadas a industrialização do país e a ampliação das leis trabalhistas, com a criação da CLT. O segundo período, ainda com o Governo Vargas (1951-54), conhecido como período democrático nacionalista, com a criação da Petrobrás e do BNDES. O terceiro período é marcado pelo governo de João Goulart (1961 – 1964), que acrescentou ao projeto nacional desenvolvimentista a preocupação com a questão da distribuição da renda.

Em suma, o pensamento nacional desenvolvimentista tem como pontos principais: a) o Estado é necessário para dar eficiência a economia de mercado, reduzindo a vulnerabilidade estrutural e conjuntural do país por intermédio da mudança na estrutura produtiva, com uma redução no coeficiente de penetração das importações industriais, encurtamento do hiato tecnológico e tratamento diferenciado para o capital estrangeiro, com restrição de acesso à alguns setores estratégicos da economia; b) há uma estratégia para alcançar o processo de desenvolvimento, a industrialização, baseada num projeto de substituição de importações e que pressupunha uma coalisão de classes. Além da preferência notória pelo capital privado nacional no comando do processo de industrialização, além da subordinação da política de estabilização macroeconômica, a exemplo das políticas de câmbio, política fiscal restritiva, à política de desenvolvimento; e c) havia duas correntes, dentro do escopo do desenvolvimentismo, que lutavam pela hegemonia na liderança do processo de transformação.

A primeira corrente, conhecida como desenvolvimentismo conservador, com estruturas rígidas de dominação, culminou com o Golpe de 1964, tornando-se a expressão econômica dos Governos Militares. A outra corrente desenvolvimentista, que buscava a inclusão social por intermédio do trabalho e a distribuição dos benefícios gerados pela industrialização, teve grande influência na redemocratização, onde foi garantido amplos direitos a cidadania.

As formulações político econômicas de Getúlio Vargas, orientadas pelo nacional desenvolvimentismo, tinha como pedra anular o nacionalismo, a industrialização e o Estado como indutor do crescimento. Entretanto, foi João Goulart, sucessor político de Vargas, quem introduz a ideia da distribuição de renda como uma nova variável às formulações nacional desenvolvimentistas (MOREIRA, 2012). Os dois governantes compreendiam que a única forma de romper com a dominação estrangeira seria impulsionar o capital nacional, fortalecendo, assim, a indústria nacional.

Devido ao caráter inicial do capital nacional, seria necessário, desta forma, que o Estado fosse o responsável pelos primeiros passos no projeto de industrialização, reservando ao capital estrangeiro um papel secundário.

Getúlio Vargas foi o governante responsável pela transformação ocorrida na estrutura produtiva nacional, de uma economia basicamente agrária para uma economia industrial. O objetivo claro do governo era o desenvolvimento do mercado interno e da indústria nacional, com o desenvolvimento da infraestrutura por intermédio da criação de siderurgias e a extração de petróleo

As formulações de Vargas tinham como ponto central a participação do Estado na economia, que se daria de várias formas. As políticas monetária, fiscal e cambial, durante este período, deveriam estar subordinadas ao objetivo principal, que era o de modernizar a economia via industrialização e expansão do mercado interno, sendo as empresas estatais e a aplicação setorial do investimento os elementos essenciais do processo.

Com a renúncia de Jânio Quadros, assume a presidência o herdeiro político de Vargas, João Goulart, e tenta retomar o projeto desenvolvimentista de Getúlio, com o acréscimo da preocupação com a distribuição de renda, como apontado. O enfoque distributivo, a adoção de medidas nacionalistas, com o objetivo de humanizar o capitalismo, são sinais da continuidade entre o governo Vargas e Goulart.

A semelhança entre os dois governantes é que tanto Vargas como Goulart sofreram pressões extremas de grupos contrários ao seu governo, o que dificultou sobremaneira a realização do seu projeto e culminou na tragédia que marcou o fim dos dois mandatos.

Focado em atualizar o projeto Varguista, o nacional desenvolvimentismo do governo Goulart procurou dar um maior enfoque em questões como a distribuição de renda e a questão agrária, com as “reformas de base”, a ampliação da política externa independente e a continuação do projeto de substituição de importação.

Em suma, o projeto de Goulart pode ser resumido da seguinte forma, segundo Moreira (2014), assim como consta no programa do PTB: a) a manutenção e ampliação das leis e dos benefícios sociais; b) soberania nacional; c) reforma agrária; d) defesa das empresas estatais em

setores estratégicos, como a Petrobras; e) unicidade sindical; f) demandas por educação e saúde públicas de qualidade; g) reajustes salariais garantindo o poder de compra dos trabalhadores; h) fortalecimento do poder público frente aos interesses privados; i) regulamentação do mercado; j) programas para desconcentrar a renda, entre outras políticas públicas.

### 3.2 O DESENVOLVIMENTISMO CONTEMPORÂNEO OU SOCIALDESENVOLVIMENTISMO

O social desenvolvimentismo se fundamenta na ideia de que o desenvolvimento é produto da articulação do crescimento da renda e do emprego e a adoção de uma política social ativa. Apesar das duas estratégias de desenvolvimento estarem separadas por décadas e contextos históricos diferentes, as características principais tanto do nacional desenvolvimentismo quanto do social desenvolvimentismo são a relação entre o nacionalismo, a industrialização e o intervencionismo estatal.

Nas palavras de Bresser (2013, p. 21)

Para avaliarmos esta mudança, devemos examinar o que vem acontecendo desde 2003, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo do país e vem procurando associar trabalhadores e empresários industriais. Uma política desenvolvimentista só alcança êxito quando uma coalizão de classes envolvendo empresários industriais, trabalhadores e burocracia pública fazem um acordo social. Para isto é necessário distinguir os capitalistas empresários dos capitalistas rentistas – o que nem sempre é possível fazer. Em alguns momentos os empresários se distinguem com clareza dos rentistas, porque enquanto os primeiros defendem uma taxa de juros baixa, uma taxa de câmbio competitiva que estimule sua acumulação de capital, os rentistas querem juros nominais altos e inflação baixa para assegurar juros reais altos, e apoiam a política de apreciação cambial para combater a inflação (essa é a política de “âncora cambial”), apoiados, naturalmente, pelos financistas que administram sua riqueza.

Desta forma, se é possível fazer esta distinção, ainda que os papéis de empresários e rentistas se sobreponham, com empresários industriais adotando aplicações no setor financeiro como meio de obter uma ampliação de seus rendimentos, é possível considerar uma estratégia nacional de desenvolvimento que começou a ocorrer principalmente a partir de 2005, durante o governo Lula.

A ênfase no mercado interno, a melhoria na distribuição de renda e o papel do Estado na alocação dos investimentos é o que caracteriza e unifica os vários matizes do social desenvolvimentismo (BASTOS, 2012).

O que há de comum entre as inúmeras vertentes desenvolvimentistas é a ideia de intervencionismo, nacionalismo e industrialização como vetor do desenvolvimento. Mesmo considerando visões ligeiramente diferentes acerca dos postulados da doutrina Social desenvolvimentista, o que a torna coesa é a ênfase no papel do Estado como mecanismo para influenciar a distribuição de renda e o investimento.

O ponto central das suas formulações o social como eixo orientador do desenvolvimento econômico, o que caracteriza uma mudança de prioridade em relação ao velho desenvolvimentismo, que pressupunha o desenvolvimento das forças produtivas como ponto chave das formulações realizadas.

O termo Social Desenvolvimentismo foi proposto pelo então ministro do governo Lula, Guido Mantega, como intuito de diferenciar a corrente em relação ao "antigo desenvolvimentismo",. Os pontos principais do Social Desenvolvimentismo já estavam indicados no programa de governo do presidente Lula, em 2002, e para Bastos (2012) está corrente apresenta enorme eficácia prática, se comparado a outras matrizes desenvolvimentistas, considerando a influência crescente nas políticas formuladas pelos governos petistas.

Segundo Carneiro (2012), a estratégia de desenvolvimento social desenvolvimentista está fundamentada em um processo de redistribuição que possibilite um aumento nos rendimentos do trabalhador por intermédio de uma reorganização da distribuição funcional da renda em prol do aumento salarial acima da produtividade, aliado a uma ampliação do crédito com o intuito final de ativar o investimento.

Para Bielschowski (2012), a combinação entre um mercado interno de consumo de massa de tamanho elevado, uma alta capacidade de produção de recursos naturais e a possibilidade de aplicar recursos, tanto estatais quanto privados em infraestrutura, seriam uma combinação de possibilidades de desenvolvimento que poucos países no mundo possuem, o que se constitui uma vantagem comparativa importante para o Brasil.

Segundo Paula (2015), se o aumento do salário real gera um efeito positivo sobre o crescimento econômico, então o regime de crescimento pode ser definido como wage-ledgrowth, ou crescimento que é conduzido pelo salário. O modelo de tradição neo-kaleckiana indica que maiores gastos com consumo, decorrente do aumento no salário real, tem como efeito uma maior utilização da capacidade produtiva da economia que geraria uma maior acumulação de capital, devido à alta sensibilidade do investimento ao consumo.

Segundo Paula (2015), a variável desencadeadora, que lidera o processo de crescimento econômico não pode ser considerada como única causa da expansão da atividade econômica, ela deve ser compreendida como uma variável que se articula a outros componentes, como o investimento, público e privado, para conduzir o padrão de crescimento.

## 4 O SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO COMO POLITICA ECONOMICA

### 4.1 O GOVERNO LULA

A característica comum entre o nacional desenvolvimentismo e o social desenvolvimentismo é a ideia de que o desenvolvimento é produto da junção de duas variáveis, o crescimento da renda e do emprego e a adoção de uma política social ativa. Segundo Mantega (2007), o país experimentava um momento novo:

Chamo esse novo ciclo de social-desenvolvimentismo porque é um crescimento que ocorre concomitantemente ao aumento da renda da população, aumento do poder aquisitivo e fortalecimento do mercado de massa. É um novo tipo de crescimento que o Brasil nunca trilhou

Entretanto, o fato do país nunca ter trilhado este tipo de crescimento se deve a interrupção de um projeto que estava presente nas formulações do governo de João Goulart, contido na Mensagem ao Congresso Nacional de 1964 e interrompido pelo golpe Militar. O que evidencia a intenção clara de estabelecer uma retomada, ainda que em contexto político e histórico diferente, de um projeto inconcluso e vital para o país e que traz um caráter de continuidade com os governos Vargas e Goulart.

Após as reformas liberais no Brasil, com os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a eleição de Lula á presidência da república viabilizou uma mudança na economia, ainda que lenta, gradual, avesso a confrontos abertos e buscando conciliar interesses conflitantes, como o caracteriza Singer (2012).

Mesmo considerando os avanços na área social conseguido pelo governo Lula, o período foi marcado por intensa contradição no que se refere a relação entre retórica e implementação efetiva da política econômica apresentada. Entretanto, os dois mandatos do presidente Lula e o primeiro mandato da presidenta Dilma devem ser analisados num cenário no qual o objetivo era a transição de políticas neoliberais para um projeto nacional de desenvolvimento.

“Transição neste sentido deve ser compreendida como um processo de unidade de contrários entre um velho que persiste e novos elementos capazes de projetar um salto. Se no velho estão contidas as institucionalidades consagradas na década de 1990, por exemplo, a política de metas

de inflação e o “tripé macroeconômico, e na “Carta ao Povo Brasileiro”, o novo ganha força impulsionado pela crise financeira internacional cujo enfrentamento suscitou o fortalecimento de instituições como o BNDES, a Petrobras, o mercado interno de capitais e de relações mais diversificadas com o resto do mundo, incluindo amplo protagonismo brasileiro em todos os fóruns internacionais” (DANTAS;JABOUR, 2016)

A Carta ao Povo Brasileiro, utilizada pelo então presidente como um mecanismo para acalmar os mercados depois do ataque especulativo sofrido durante a campanha de 2002, a consequente depreciação do real e a redução da entrada de capitais externos na economia, até então apreensivos quanto ao resultado da eleição de um metalúrgico profundamente ligado aos movimentos sociais e líder sindical, dava o tom do que seriam os primeiros anos do governo.

Neste cenário em que a política fiscal passa a ter um papel central no modelo e considerando que a taxa de juros tem um impacto importante sobre a dívida pública, a manutenção de altos *superávits* primários tornou-se condição principal no intuito de evitar um crescimento exponencial da trajetória da dívida pública (CORREIA, 2008).

As ideias básicas continuavam as mesmas que orientavam a gestão do Plano Real: estabilidade dos preços como pressuposto principal para a qualidade do ambiente econômico e a viabilização do crescimento e da competitividade.

Apesar de economistas como Lopes(2012) julgarem que as ações concretas do governo Lula I poderem ser vistas como uma continuidade em relação ao governo FHC, devido a manutenção do tripé macroeconômico (câmbio flutuante, superávit primário e regime de metas de inflação), essa continuidade pode ser entendida alternativamente, como um momento de estruturação em busca do ambiente político econômico, interno e externo adequado às mudanças pretendidas.

A própria instabilidade provocada no mercado pela possibilidade de eleição de Lula à presidência já anunciava que a transição do modelo de desenvolvimento teria que ser realizada de forma hábil e gradual, devido à forte reestruturação a qual seriam expostos os interesses em jogo, uma vez que o nacional desenvolvimentismo pressupõe uma estrutura de coalizão das classes sociais diferentes do neoliberalismo

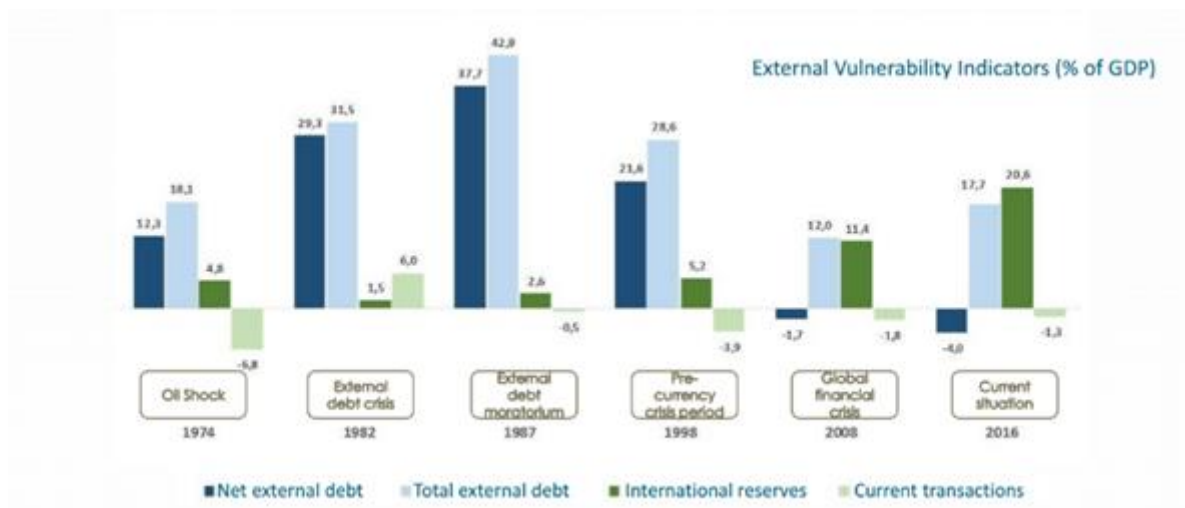


As diretrizes do programa de governo do PT, quando Lula chegou a presidência, procurava conciliar distribuição de renda, desenvolvimento e estabilidade. O motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda per capita e, conseqüentemente, da massa salarial, que conformará o assim chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo prazo resultará da ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda (MERCADANTE, 2010).

Para Mercadante (2010), o governo Lula marca uma ruptura importante com um padrão de desenvolvimento afinado com a perspectiva liberal e traz de volta temas como o desenvolvimento nacional e o direcionamento estatal na condução da economia. Entretanto, é importante considerar que a economia brasileira foi sempre caracterizada por uma fragilidade às circunstâncias externas.

Ainda assim, segundo Moreira(2010),no programa do governo Lula, “Programa de Governo 2002: Coligação Lula para presidente” e “Lula de novo com a força do povo: Lula presidente 2007-2010” existem muitos objetivos semelhantes à Mensagem ao Congresso Nacional do governo João Goulart de 1964,também de viés desenvolvimentista.

**Gráfico 2** - Indicadores de Vulnerabilidade Externa



Fonte: Ministério da Fazenda.

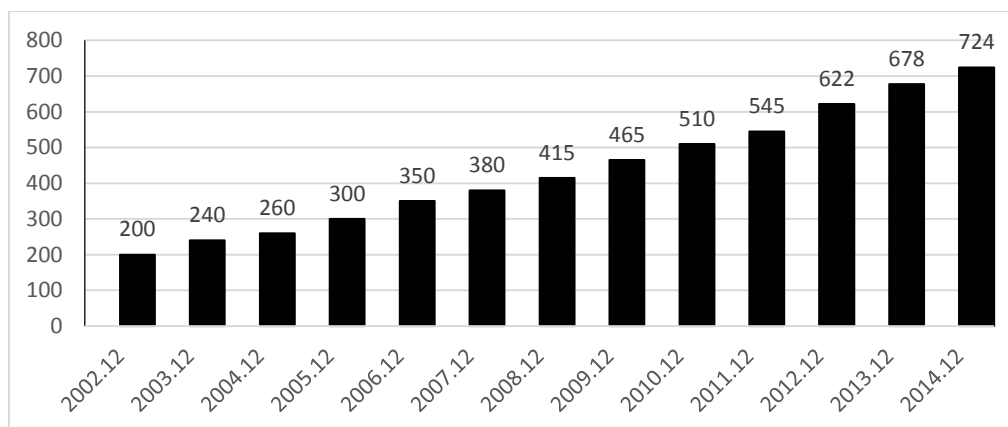
O gráfico acima resume alguns importantes indicadores de vulnerabilidade externa.É notório que durante a crise financeira de 2008, o Brasil havia acumulado reservas internacionais

equivalentes a mais de 11% do PIB e um reduzido déficit em conta corrente. Diferente do período que marcou o colapso do plano cruzado, em que pode-se observar uma dívida externa beirando 50% do PIB. No auge da crise da dívida externa, as reservas internacionais brasileiras estavam próximas de 0 e durante o choque do petróleo nossa conta corrente estava negativa em quase 7%, como mostra Galla (2017).

É preciso ressaltar, também, as mudanças realizadas principalmente a partir de 2006. O direcionamento dado a ampliação do mercado interno, valorização do salário mínimo acima da inflação e a ampliação de linhas de crédito direcionadas para pessoas de baixa renda não são produto de uma agenda que se impunha como necessária, ao contrário, a realização destas ações foram fruto de uma escolha em prol do crescimento com distribuição de renda. Estas políticas se tornam mais ativas justamente com a entrada de Dilma Rousseff, na Casa Civil, e Guido Mantega, no Ministério da Fazenda.

Considerando o valor do salário mínimo herdado pelo presidente Lula, no valor de R\$ 200,00, e entregue no fim do mandato, com o valor de R\$ 510,00, observa-se uma variação nominal expressiva, de R\$ 310,00. Com uma variação percentual de 155% e extraído-se a inflação acumulada do período de 54,03%, tem-se um aumento real de 100,97% (BERRIOS, 2010).

**Gráfico 3** – Evolução do salário mínimo no Brasil 2002 - 2014



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do IpeaData

Gráfico 4 – Salário mínimo X Inflação 2003 - 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA

A política de reajuste salarial tendo como base uma metodologia que a variação do Produto Interno Bruto e o INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor do ano anterior foi responsável por ganhos reais no salário que possibilitaram um aumento no poder de compra do consumidor. Tendo o aumento mais representativo da série tendo sido realizado em 2013

Tabela 1 – Reajuste real do salário mínimo

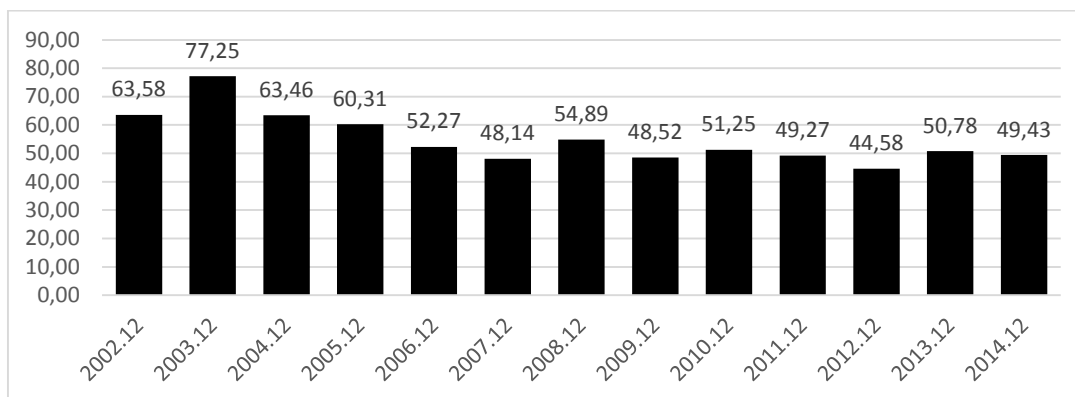
Período	Salário Mínimo	Reajuste Nominal (%)	INPC (%)	Aumento Real (%)	
	R\$	200,00			
abr/03	R\$	240,00	20	18,54	1,46
mai/04	R\$	260,00	8,33	7,06	1,27
abr/05	R\$	300,00	15,38	6,61	8,77
abr/06	R\$	350,00	16,67	3,21	13,46
abr/07	R\$	380,00	8,57	3,3	5,27
mar/08	R\$	415,00	9,21	4,48	4,73
fev/09	R\$	465,00	12,05	5,92	6,13
jan/10	R\$	510,00	9,68	3,45	6,23
jan/11	R\$	545,00	6,86	6,47	0,39
jan/12	R\$	622,00	14,13	6,08	8,05
jan/13	R\$	678,00	9	6,1	2,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Dieese

O custo da cesta básica em relação ao salário também caiu entre 2002 e 2014. Em que pesem as variações sofridas pelos salários e o preço da cesta básica, eram necessários 63% do salário mínimo para adquirir uma cesta básica em 2002, enquanto em 2014 este valor havia se reduzido para 49,443%. Tendo sua redução mais relevante no ano de 2012, quando era possível utilizar

44,58% do salário para adquirir uma cesta básica. O equivalente a 213 cestas básicas com um salário.

**Gráfico 5** – Custo da cesta básica em percentual do salário mínimo

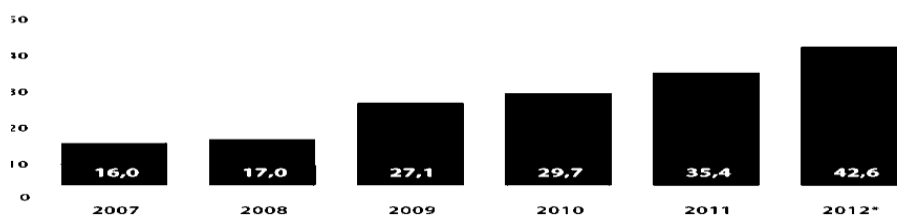


**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Dieese

As rupturas em relação ao projeto liberal tornam-se mais evidentes indo na direção de um maior controle do Estado na condução da economia, buscando liderar o processo de desenvolvimento, com ações como a criação de uma estatal para gerir o Pré-Sal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Luz pra Todos e o Programa Minha Casa minha Vida, a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Plano Nacional de Educação (PNE), a Política de Desenvolvimento Produtivo, entre outras.

O gráfico abaixo mostra os valores reservados pelo Governo para investimento no PAC, com valores de 2007 à 2010, com previsões para Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012.

**Gráfico 6** - PAC do Governo Federal - Valores empenhados em termos nominais em R\$ bilhões



**Fonte:** Ministério da Fazenda.

Segundo Luporine e Alves (2010),

O investimento pode ser considerado um dos principais componentes na determinação do produto, emprego e renda da economia de um país, pois promove o aumento da capacidade produtiva e a expansão do nível de atividade. No Brasil, uma média de

89% da formação bruta de capital fixo nos últimos dez anos foi realizada pelo setor privado, o que corresponde a aproximadamente 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nesse período.

Desta forma, cabe notar que houve uma retomada dos programas de infraestrutura. Desde o II PND não eram realizados no país, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) em conjunto com o Programa de Investimento em Logística e a Política de Concessões de Rodovias, Ferrovias, Portos e Aeroportos do governo Dilma Rousseff (MOREIRA2014).

As características do segundo governo Lula seriam, :a) expansão do mercado interno sustentada pelos investimentos e pelo consumo das famílias, b) políticas creditícias expansionistas e de combate a crise internacional e, c) ampliação dos programas sociais por meio das políticas de renda e distributivas.

É importante destacar o papel central de uma conjuntura externa extremamente favorável na melhoria dos indicadores macroeconômicos durante o governo Lula. Filgueiras (2014) argumenta que sem o aumento da demanda por *commodities* e produtos básicos e a decorrente redução da vulnerabilidade externa conjuntural, as políticas de redução na taxa básica de juros, a ampliação do investimento estatal e as políticas de transferência de renda não seriam possíveis.

Segundo Singer (2015), a reestruturação na base de apoio do governo, ocorrida depois das eleições de 2006, com a adesão do subproletariado em razão das políticas implementadas pelo governo, que tiveram como consequência o aumento do emprego formal, a ampliação do poder de compra, o acesso aos bens de consumo duráveis, e, principalmente, a redução da pobreza com a expansão do mercado interno foram os grandes responsáveis pelo imenso apoio de que gozava o presidente Lula.

O reformismo fraco que caracterizou o governo de Lula foi responsável pela capacidade do presidente em coadunar interesses conflitantes e desestimular conflitos mais ásperos, viabilizando a melhoria de vida sem, entretanto, confrontar de forma mais contundente a dinâmica das relações de classe estabelecida. A tensão básica durante o governo Lula era entre duas coalisões que tinham interesses conflitantes e que eram permanentemente mediados pelo Estado (SINGER, 2015).

A coalizão produtivista, composta pelos trabalhadores e industriais, que segundo Filgueiras (2014) tinha como pontos principais: o controle do fluxo de capitais estrangeiros, a redução dos juros, a administração do câmbio com redução adequada do Real para incitar a indústria e combater a doença holandesa, investimento público em infraestrutura, redução da desigualdade e proteção a indústria contra a doença holandesa e a desindustrialização.

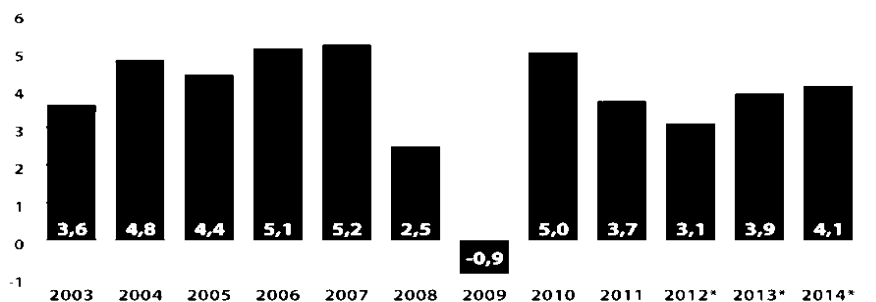
A segunda, a coalizão rentista, tinha o interesse que houvessem taxas de juros elevadas, remunerando de forma desproporcional os títulos da dívida pública, quando comparado a outros países, livre fluxo de capitais estrangeiros, permitindo que o dinheiro corresse livremente, independente da instabilidade que possa provocar, manutenção do real valorizado e redução da carga tributária.

Esta política econômica híbrida, realizada por Lula, como denominada por Moraes e Saad Filho(2011), foi a base que permitiu os avanços citados no que se refere a melhorias sociais via expansão do mercado interno e que possibilitou ao presidente Lula, gozando de amplo apoio social, eleger a presidenta Dilma Rousseff.

#### 4.2 GOVERNO DILMA: CONTEXTO ECONÔMICO EXTERNO

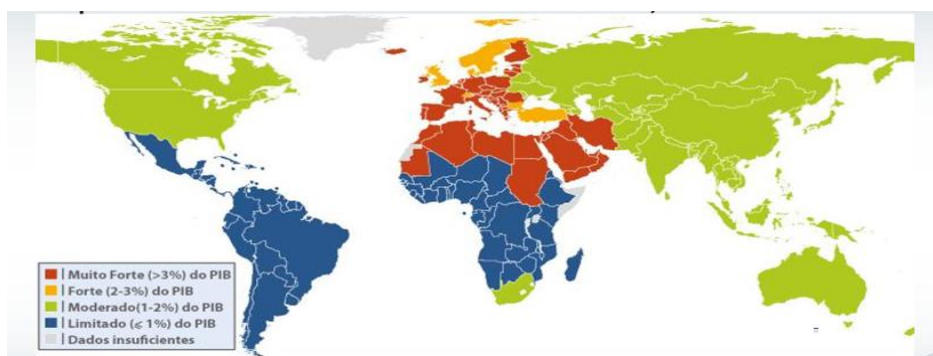
A forte retração da economia global, devido à crise financeira que teve como epicentro os EUA, provocou uma instabilidade sistêmica que tornou necessária a intervenção dos bancos centrais europeus e ao redor do mundo com o intuito de evitar uma crise generalizada na Zona do Euro.

Em 2009, no ápice da crise, a retração na economia mundial foi de -09%. A intervenção por parte dos governos, que consistia na adoção de uma política no sentido de transferir recursos para instituições bancárias em dificuldade, mostrou-se insustentável devido ao déficit e causado no balanço dos países afetados pela crise (BELLUZO, 2013). Rumores acerca da insolvência da dívida de países como a Grécia, que chegou a cerca de 120% do PIB. O gráfico a seguir mostra a retração da economia global durante o período.

**Gráfico: 7 - Crescimento do PIB mundial em %**

**Fonte:** elaboração do Ministério da Fazenda com dados do FIM

Durante o período, em que pese a deterioração da economia internacional, a América Latina foi uma das regiões menos afetadas pelo impacto da crise na zona do euro.

**Gráfico: 8 - Impacto da Crise da Zona do Euro na Economia Global**

**Fonte:** Ministério da Fazenda

No início de 2010, o Banco Central Europeu, aliado ao FMI, formulou uma série de medidas com o intuito de recuperar a economia grega, entretanto, estas medidas esbarraram na discordância da Alemanha, país com maior taxa de produtividade na economia e que lidera a zona do euro, acerca do conteúdo do pacote direcionado ao país. Este impasse prejudicou duramente os mercados, devido a desconfiança causada de que a solução para o problema grego estaria longe do fim. Cardoso (2013) argumenta que, meses depois, estas instituições conseguiram aprovar um pacote de medidas de austeridade, objetivando ajustar as finanças públicas na Grécia, que incluía um empréstimo no montante de 750 bilhões de euros, para evitar que a crise contaminasse as economias europeias.

Com a ameaça de que a crise se estendesse para países em situação de fragilidade, como Espanha e Portugal, medidas que levaram a um ajuste fiscal, aliado a aumento dos impostos,

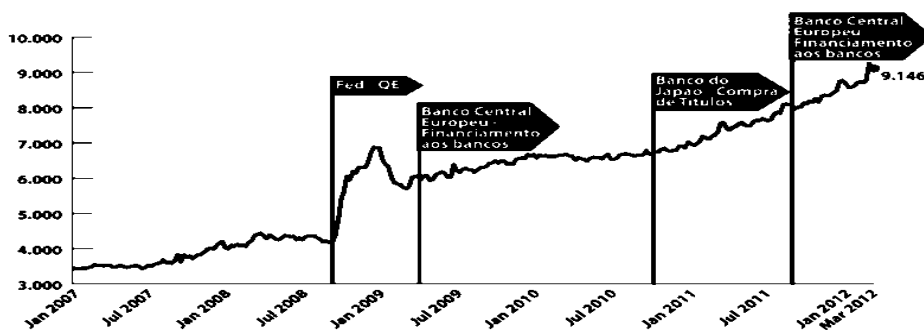
foram adotadas. Estas medidas trouxeram um descontentamento generalizado para a população dos países, aumentando a instabilidade (AUTOR, ANO).

Concomitante as medidas e programas de resgate implementados para combater a crise da dívida pública europeia, o Banco Central Europeu (BCE) também contribuiu com a redução das taxas de juros e proporcionando créditos barato superiores a um trilhão de euros, para manter os fluxos monetários entre os bancos europeus.

Em 6 de setembro de 2012, o BCE também procurou acalmar os mercados financeiros, anunciando apoio ilimitado e sem custos a todos os países da Zona do Euro com programas de resgate através da redução dos juros. A crise não só gerou efeitos adversos nas economias dos países mais atingidos, como, também, teve impacto político (AUTOR, ANO).

Mantega (2012) analisa que a política monetária expansionista praticada pelos países europeus, no sentido de estimular suas economias, reduzindo taxas de juros e realizando uma forte expansão monetária, desvalorizou as moedas locais e trouxe impacto negativo para a economia Brasileira.

**Figura 9** - Total de ativos do FED, Banco Central Europeu, Banco do Japão e Banco da Inglaterra, em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Fazenda.

O gráfico mostra que, do total dos ativos dos principais bancos, havia cerca de 3,5 trilhões de dólares em ativos monetários em 2007 disponíveis. Em 2012, este montante passou para 9 trilhões de dólares.

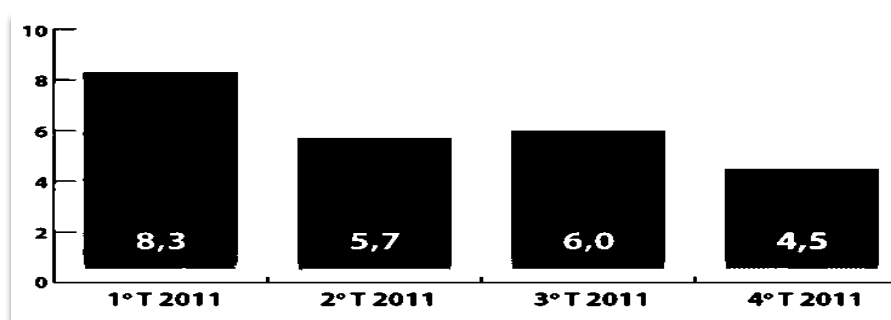
Além disso, a crise da dívida europeia, intensificada por políticas que visavam resgatar o sistema financeiro intoxicado pelos efeitos da crise do *supprime*, que teve como epicentro os EUA, aumentando o endividamento dos países da zona do euro, teve um efeito nocivo também



sobre o comércio mundial (BELLUZO, 2012). A queda na demanda por *commodities* agrícola, além de outras matérias primas, teve efeito deletério sobre o balanço de pagamento dos países exportadores, afetando fortemente o Brasil.

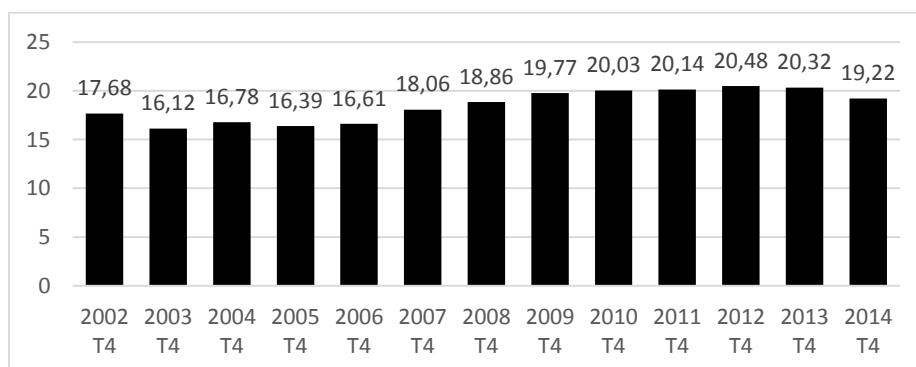
A queda na demanda mundial, agora como efeito da crise na Zona do Euro, causou impacto negativo em países como o Brasil. A crise afetou, também, o crescimento da indústria. A redução da produção industrial torna-se um fenômeno global, em que a relação entre a produção industrial e o PIB caiu, ainda que no Brasil a taxa de investimento não tenha sofrido grandes variações no período.

**Gráfico 10-** Crescimento do produto industrial mundial em relação ao mesmo trimestre anterior (%)



**Fonte:** Ministério da Fazenda.

**Gráfico 16 -** Taxa de Investimento no Brasil em Porcentagem do PIB



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do IpeaData

#### 4.3 O SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO DO GOVERNO DILMA: NOVA MATRIZ ECONÔMICA

A leitura do governo Dilma acerca da instabilidade causada pela crise que acometeu o país, levou-a a tomar uma série de medidas no sentido de reverter a situação. A redução da demanda

global devido a falta de crescimento das economias avançadas, a redução da demanda por parte da China e a crise europeia, que culminaram com o encolhimento do comércio global, foram avaliados pelo governo com tendo gravidade e consequências semelhantes a crise de 2009, quando houve uma forte retração da atividade industrial, tanto nas economias avançadas, quanto nas emergentes, e queda no PIB mundial, negativo em -09%.

Os desafios para os anos seguintes eram, segundo Mantega (2012): acelerar o crescimento num cenário mundial adverso; dinamizar os investimentos; fortalecer o mercado interno; manter a solidez fiscal e o controle sobre a inflação; manter o câmbio favorável; ampliar o crédito e reduzir as taxas de juros; realizar reformas tributárias por intermédio das desonerações, além de reduzir o custo da energia, logística e infraestrutura.

Na medida em que se considera o desenvolvimentismo, assim como resumido por Bielschowski(2012), observa-se que o conjunto de ações formuladas pelo governo Dilma tem um viés fortemente desenvolvimentista:

a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar, também, a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

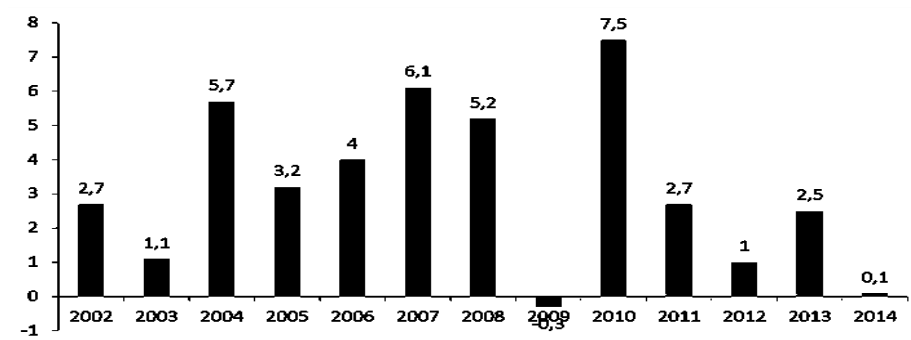
É importante ressaltar que, como nos ensina Chang (2002), “...todos os países atualmente desenvolvidos usaram ativamente políticas industriais, comerciais e tecnológicas intervencionistas para promover sua indústria nascente...”, as mesmas políticas e instituições apontadas como deletérias e responsáveis por crises insolúveis sem uma mudança na estratégia de desenvolvimento foram responsáveis pelo êxito dos países desenvolvidos em alcançar seu desenvolvimento. Programas de investimento público, subsídios, investimento em infraestrutura, manufatura, financiamento de tecnologia estrangeira, não reconhecimento de patentes estrangeiras, contrabando, apoio a pesquisa, educação e desenvolvimento e leis que restringiam as importações para beneficiar a aquisição de bens internamente produzidos por um

processo de substituição de importações eram alguns dos expedientes usados pelos países desenvolvidos para galgar o desenvolvimento.

A negação do uso destas instituições e a imposição de políticas que estão na contramão de todos os instrumentos usados, mesmo que de boa-fé ou por ignorância histórica, constitui um entrave ao desenvolvimento dos países periféricos. A adesão ao livre comércio só é salutar entre países com o mesmo nível de desenvolvimento tecnológico.

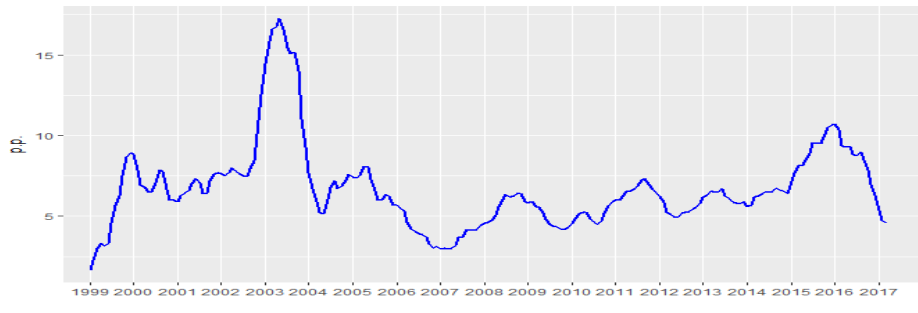
O Governo Dilma Rousseff teve início em um ambiente externo extremamente desfavorável e influenciado fortemente pelos efeitos da crise financeira, com início em 2008 (GENTIL; HERMAN,2014). O país começou a sofrer com taxas de crescimento baixas, entre 2011 e 2014, em torno de 2,1%a.a, como mostradas no gráfico abaixo.

**Gráfico 11** - Variação anual do PIB no Brasil 2002/2014

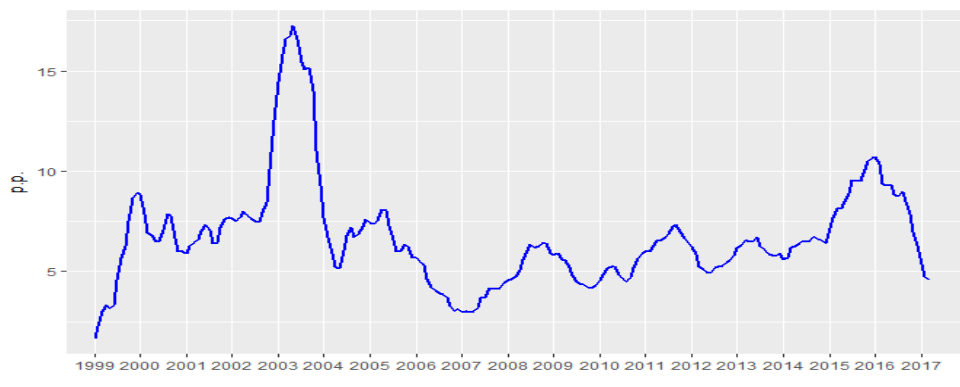


**Fonte:** Ministério da Fazenda

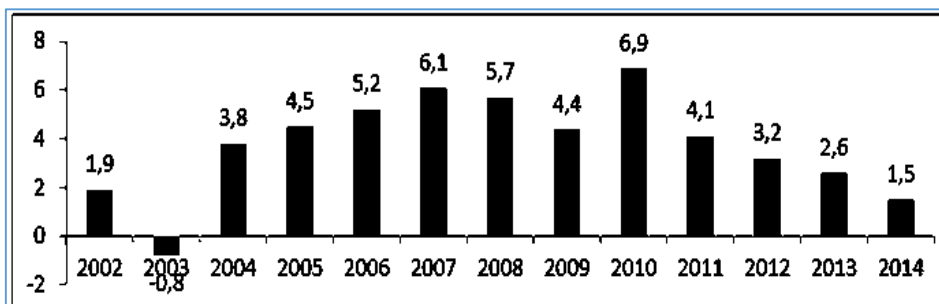
A desaceleração do investimento privado e do consumo das famílias, as dificuldades das empresas exportadoras de concorrer no cenário internacional, atribuída a valorização cambial, que afetou a competitividade das empresas, combinado ao IPC-A, índice que mede a taxa da inflação na economia, beirando o teto da meta, dificultaram a capacidade do governo em manter a estabilidade da economia.

**Gráfico 12**–Formação Bruta de Capital Fixo (1997-2017) a acumulado em 4 trimestres

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do IPEA

**Gráfico 13** -IPCA-A Acumulado em 12 meses na Economia Brasileira 1999 / 2017

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do IPEA

**Gráfico 14** - Taxa de crescimento do consumo das Famílias

**Fonte:** Ministério da Fazenda

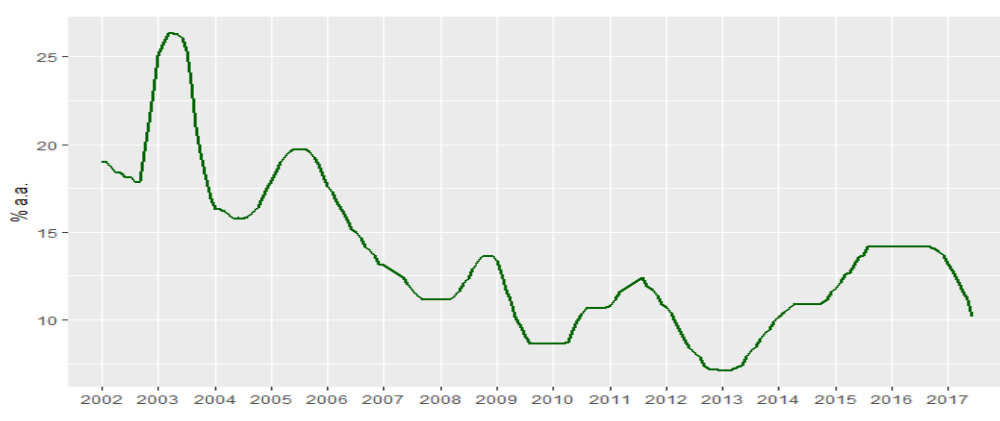
Este ambiente de instabilidade foi considerado o momento oportuno para uma tentativa de se tornar mais agudas medidas de fomento, ainda que na avaliação do governo a crise internacional retardasse a materialização dos efeitos das medidas (PINTO E TEIXEIRA, 2012). Ao introduzir o conjunto de políticas denominadas pelo governo de Nova Matriz Econômica como medida anticíclica, devido ao impacto da crise global sobre a atividade econômica, o governo viu a possibilidade de diminuir os efeitos da crise sobre o país por intermédio de uma série de

medidas, apelidadas de ensaio desenvolvimentista por Singer (2015). Em resposta ao diagnóstico realizado não apenas por economistas heterodoxos ou ligados ao governo, mas por representantes do setor industrial, como a Fiesp, que consideravam uma série de distorções na economia brasileira como um entrave à expansão do investimento, as iniciativas do governo podem ser assim resumidas:

### I– Reduzir os Juros

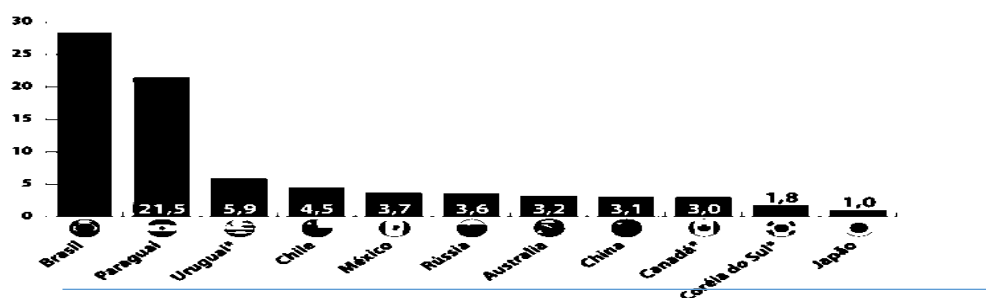
Na política monetária, a batalha mais importante se deu com redução dos juros, que foi um dos pontos centrais da Nova Matriz. A redução de 12% para 7,5%, entre 2011 e 2013, fez a taxa Selic alcançar seu valor mais baixo desde sua criação, em 1986, levando em conta a inflação de 6,59% no acumulado para o ano; o juro real chegou a 0,619% a.a.

**Gráfico 15** – Taxa básica de juros – SELIC 2001 – 2013



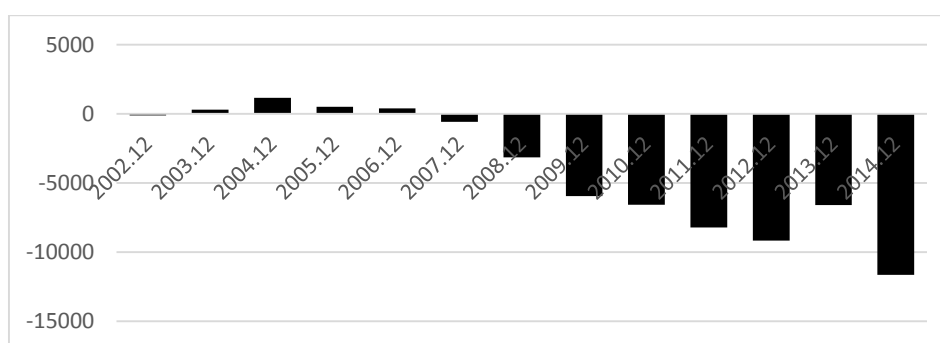
**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Ipea

Como tentativa de baixar o custo do crédito, o governo ainda pressionou fortemente os bancos privados, inclusive com declarações do Ministro Guido Mantega de que os níveis dos *spreads*, a diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa de captação dos bancos eram inadmissíveis, sendo imperativo que caíssem para níveis civilizados. Em seguida, a presidenta Dilma Rousseff também alterou as regras de remuneração da caderneta de poupança.

**Gráfico 16** - Spread bancário(pessoa jurídica + pessoa física)

Fonte: Ministério da Fazenda

Segundo Bresser (2006), o sucesso do Plano Real em combater a inércia inflacionária causou uma mudança profunda na economia, a âncora cambial, mantendo a taxa de câmbio quase fixa, teve como consequência a elevação dos déficits em conta corrente e o aumento da vulnerabilidade externa, devido a alta dependência do ingresso de capitais externos.

**Gráfico 17** - Saldo em transações correntes

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipea

A mudança no mercado financeiro internacional, ainda segundo BRESSER (2006), provocou a fuga de capitais, que foi responsável pela perda das reservas internacionais, tornando necessária uma desvalorização do real, em janeiro de 1999.

O fim da âncora monetária e a possibilidade de retorno da inflação fez com que o governo aumentasse mais a taxa de juros e colocasse um instrumento formal de metas de inflação, estabelecendo metas para 1999, de 8%; para 2000, de 6%, e para 2001, de 4%. O IPCA foi escolhido como indicador para aferir a taxa de inflação e a taxa SELIC colocada como instrumento de política monetária, com um intervalo de confiança de dois pontos percentuais.

Perseguir a meta de inflação passou a ser o mandato único do banco central, desconsiderando os efeitos nocivos que uma taxa de juros elevada traria para o investimento e a produção.

O suposto sucesso da política, devido ao baixo crescimento da inflação, em 1999, fez com que o regime fosse celebrado, apesar de que à época outros componentes, como o lento crescimento, um controle razoável dos gastos e um aumento dos tributos, levaram a um aumento do *superávit* primário, em torno de 3,2% do PIB do país tenha contribuído com a baixa inflação, em torno de 8,9%, em 1999.

Entretanto, há uma diferença entre a estabilidade de preços e a estabilidade macroeconômica que precisa ser observada; sendo a manutenção das taxas de juros neste patamar extremamente nocivo para o país, além de não surtir o efeito desejado. Entre 1995 e 2010, a inflação só esteve abaixo de 5% em quatro anos, 1998, 2006, 2007 e 2009, em média o IPCA foi de 7%. Isso demonstra, segundo Modenei (2010), ineficácia da política monetária executada no que se refere ao combate à inflação.

No que se refere aos efeitos indesejados da manutenção de uma taxa de juros excessivamente alta para a economia do país, segundo estudo realizado pelo Departamento de Competitividade e tecnologia da Fiesp (Decomtec), o aumento da taxa de juros prejudica o investimento produtivo por três principais canais, a saber:

(i) o aumento dos juros eleva o custo de oportunidade do capital, isto é, aumenta o diferencial entre a rentabilidade das aplicações financeiras (como a renda fixa e CDI) e da atividade industrial, como indicado no gráfico abaixo, assim reduzindo a atratividade do investimento produtivo;

**Gráfico 18 - Rentabilidade da Indústria de Transformação Vs CDI\*(Renda Fixa)**



**Fonte:** Receita Federal do Brasil; elaboração: Banco Central do Brasil.

(ii) o aumento dos juros (Selic) eleva as taxas de juros bancárias. Com isso, o crédito para futuros investimentos ou para o capital de giro se torna mais caro, reduzindo a rentabilidade das empresas e a atratividade do investimento produtivo;

(iii) por fim, o aumento dos juros (Selic) contribui para redução do consumo das famílias, diminuindo o nível de uso da capacidade instalada das empresas. Isso torna menos atrativos os projetos de investimento produtivos.

Essa redução do investimento compromete ainda mais o crescimento da produtividade industrial no Brasil nos próximos anos. Também indica tendência de aumento do *gap* de produtividade e competitividade da indústria de transformação frente à concorrência internacional.

Em resumo os juros altos desestimulam o investimento, o que, por sua vez, reduz a capacidade produtiva.

Ao final do processo, a economia não cresce e cria-se um círculo vicioso: a baixa oferta provoca mais inflação, que faz os juros subirem mais, que inibe novos investimentos, o que, ao final, leva a taxas de investimento mais baixas; os juros, também, temo efeito de desestimular o consumo, reduzindo a demanda e fazendo com que os empresários, também, reduzam a produção, reduzindo, por sua vez, as contratações e aumentando o desemprego na economia.

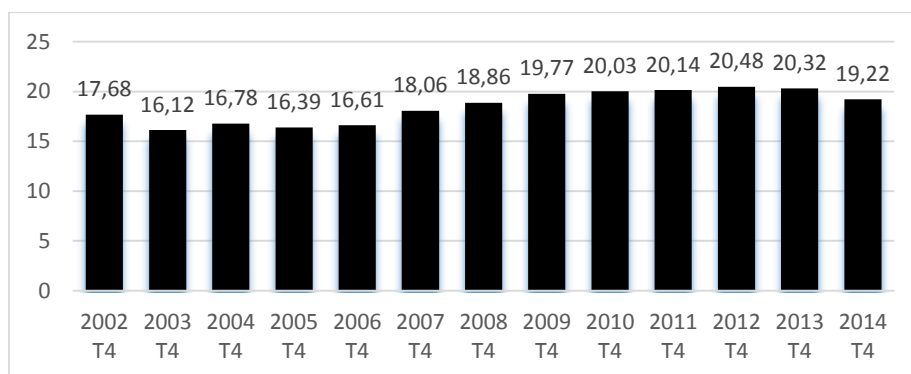
Outro impacto nocivo dos juros altos é sobre a taxa de câmbio, por tornar mais desejáveis os títulos públicos brasileiros; com a taxa de câmbio valorizada, há uma redução da competitividade nacional, prejudicando as exportações. Há, ainda, o efeito sobre a dívida pública, fazendo com que o governo direcione cada vez mais recursos para a dívida pública e deixando de realizar investimentos na melhoria da infraestrutura, educação, saúde, etc.

Desta forma, condizente com as diretrizes de um projeto desenvolvimentista de promover a economia nacional, reduzindo a dependência externa e incentivando a indústria, o governo Dilma decide atacar uma das principais anomalias macroeconômicas no Brasil, que é a taxa de juros de curto prazo desproporcionalmente alta em comparação ao resto do mundo.



Em agosto, a presidente Dilma Rousseff criou, através da Medida Provisória nº 540/2011, o Plano Brasil Maior, que sucedeu a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, e a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004. Conforme o relatório do BNDES, o foco do programa seria o estímulo a inovação e a competitividade da indústria e tinham o objetivo de responder aos problemas gerados pela economia internacional. As metas incluem o aumento de investimentos em capital fixo no país, de 18,4% do Produto Interno Bruto (PIB), para 23%, até 2014; a elevação do gasto privado com ciência e tecnologia, de 0,55%, para 0,9%; e a ampliação da parcela da indústria no PIB, de 18,3%, para 19,5%, que estava estagnada, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 19** - Taxa de investimento em porcentagem do PIB



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do IPEA DATA

É importante ressaltar que o país tem historicamente taxas de investimento muito baixas se comparado à países como Austrália, que investe cerca de 28% do seu produto e Indonésia, com investimento próximo a 34%. O aumento do investimento é indispensável para uma ampliação do potencial de crescimento no médio e longo prazo.

Segundo a visão social desenvolvimentista, a indústria é peça chave no processo, como vetor de crescimento, e medidas que visem estimular o investimento público e privado, aumentar a competitividade, reduzir custos tributários são indispensáveis à estratégia de desenvolvimento do país. Sendo o empresário figura essencial no processo de desenvolvimento econômico, um pacto desenvolvimentista não pode de forma alguma prescindir da adesão do empresariado para que tenha êxito. Desta forma, em resposta às demandas apresentadas por intermédio do

documento *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*, apresentado em conjunto pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo demandava soluções para a substituição da produção doméstica por produtos e insumos importados, a crescente reprimarização da pauta de exportação e a queda do conteúdo nacional na produção. O governo adota medidas no sentido de sanar estes problemas.

O Plano Brasil Maior, lançado sob lema “*innovar para competir. Competir para crescer*”, consistia de um conjunto inicial de 35 medidas, em especial de caráter sistêmico, a partir do diálogo com o setor produtivo e tinham como foco criar e fortalecer competências críticas da economia nacional; aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, ampliar mercados interno e externo das empresas brasileiras, garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

Dentre as medidas adotadas, destacam-se: desoneração dos investimentos e das exportações; ampliação e simplificação do financiamento ao investimento e às exportações; aumento de recursos para inovação; aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação; estímulos ao crescimento de pequenos e micronegócios; fortalecimento da defesa comercial; criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas; regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação no país; extensão do PSI (Programa de Sustentação do investimento), que buscava estimular a aquisição, exportação e inovação tecnológica, até dezembro de 2012; ampliação de capital de giro para MPMEs - BNDES Progeren; relançamento do Programa BNDES Revitaliza; criação do Programa BNDES Qualificação; crédito pré-aprovado para planos de inovação de empresas; novos recursos para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (R\$ 2 bilhões); ampliação dos programas setoriais; criação de programa para Fundo do Clima (MMA).

**Tabela 2** – Mudança nas condições de financiamento

Ônibus e Caminhões- Produção Nacional

	Condições Atuais	Novas Condições
Taxa de Juros Fixa	10% a.a	7,7% a.a
Prazo total	Até 96 meses	Até 120 meses
Part. Máxima MPME	Até 80%	Até 100%

Part. Máxima grandes		
empresas	Ate 70%	Ate 90%
Pro caminhoneiro	7% a.a	55% a.a
Ônibus híbrido	5% a.a	5% a.a

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Fazenda.

**Tabela 3**– Mudança na condição de financiamento

PSI Projetos Transformadores  
 Valor disponível: R\$ 8 bilhões

Condições

Condições Taxa de Juros 5% a.a. Prazo Total Até 144 meses

Prazo de carência Até 48 meses

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Fazenda

As linhas de financiamento observadas na tabela acima teriam o objetivo de financiar novos projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia, relativos a bens não produzidos no País e que induzam encadeamentos e ganhos de produtividade e qualidade.

A medida citada acima deve sua formulação ao fato do investimento ser visto como ponto central na estratégia social desenvolvimentista. Segundo Casagrande (1996), a decisão de investimento é o componente mais importante e instável da economia. Por estarem distantes no tempo dos resultados que consideram no presente satisfatórios, os agentes buscam analisar se há indicadores que sustentem expectativas favoráveis sobre o futuro, antes de tomarem a decisão de investir. Estas expectativas, que condicionam as decisões de investimento, por sua vez, define em nível agregado a performance da economia por determinar a capacidade produtiva, e as variações na renda e no emprego.

O investimento é um dos principais componentes do PIB. Luporini (2010) aponta o ritmo e o padrão do investimento como ponto central para a compreensão da variação na atividade econômica. Sem um aumento no investimento, é impossível que haja um crescimento da economia como um todo, devido ao alto índice de encadeamento da indústria, que é capaz de

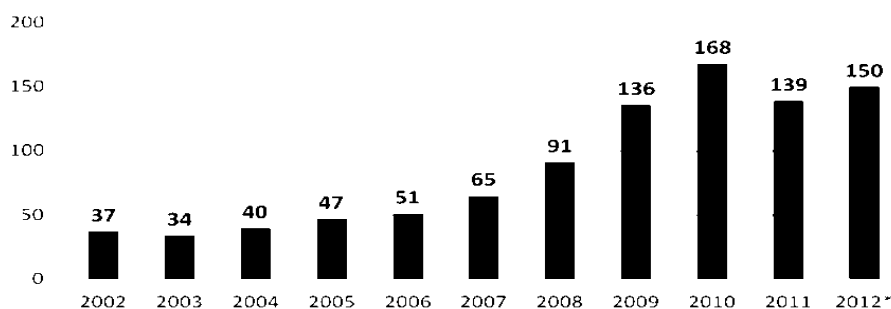
promover o crescimento da economia ao se utilizar de matéria prima produzida em outros setores. A falta de investimento seria o ponto chave para compreender as baixas taxas de crescimento da economia.

Segundo Oreiro (2015), a teoria macroeconômica aceita pela maioria dos economistas aponta para alguns instrumentos a disposição do formulador de política econômica dos quais o mais importante é a política fiscal, que é visto como o conjunto formado pelos gastos do governo (basicamente investimento público) e tributação.

Num quadro em que a taxa de desemprego está muito alta, o governo pode e deve estimular a demanda agregada, e uma das formas de fazer isso é por intermédio de um aumento dos gastos de investimento e/ou redução de impostos com o intuito de estimular o investimento privado. Desta forma, o baixo crescimento da economia resulta da baixa taxa de investimento público e privado.

### III-Estímulo ao investimento privado

O governo Lula já havia acenado na direção de usar o BNDES como meio para estimular o investimento, por intermédio de aportes de crédito subsidiado; foram aportados 100 bilhões de reais ainda em 2009. Em seu governo, em que pesem as críticas que tentam imputar ao período um caráter de consumismo irresponsável e desenfreado, o investimento privado cresceu mais que o consumo, ainda assim, durante Governo Dilma esta política ganhou um direcionamento mais incisivo, potencializando o programa de sustentação do Investimento (PSI), com aporte de 400 bilhões de reais encaminhado a produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação tecnológica. O dispêndio do BNDES tem uma forte aceleração já a partir de 2008/9

**Gráfico 20** - Desembolso do BNDES em R\$ bilhões

**Fonte:** Ministério da Fazenda

Segundo Mantega (2004), para o desenvolvimento do Brasil é imprescindível que haja uma maior coordenação entre o Governo e o mercado, sendo o BNDES o instrumento mais importante para viabilizar esta relação. O aumento do bem-estar social, de acordo com o social desenvolvimentismo, é um dos pilares do desenvolvimento, que só pode ser realizado atendendo a este fim por intermédio de uma atuação do Estado como agente indutor do crescimento.

O objetivo não era um retorno ao período em que o crescimento era totalmente liderado por empresas estatais, deve-se considerar as especificidades do período histórico em que vivemos e desenvolver formas de atuação do estado no sentido de promover um desenvolvimento tecnológico e social, mantendo a estabilidade fiscal e monetária.

Segundo Mantega (2004), o BNDES é o principal instrumento do Governo para o financiamento de longo prazo e, como tal, sua estratégia envolve vários tipos de políticas econômicas.

No que se refere ao Investimento em infraestrutura: o BNDES é o principal agente financiador de obras de infraestrutura em nosso país. Em 2011, os investimentos em infraestrutura responderam por 38% das operações de crédito do BNDES, envolvendo projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações.

O BNDES é, também, o principal agente de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos, beneficiando os três setores da economia - agropecuária, indústria, e serviços – e estimulando o desenvolvimento da produção doméstica de bens de capital.

**Tabela4** – Mudança na condição de financiamento

BENS DE CAPITAL		
	Condições Atuais	Novas Condições
Taxa de juros fixa (Grande empresa)	87% a.a	73% a.a
Taxa de juros fixa (MPME)	6,5% a.a	5,5% a.a
Part. Máxima (Grandes empresas)	Até 70%	Até 90%
Part. Máxima (MPME)	Até 90%	Até 100%
Prazo Total	120 meses	Mantido

**Fonte:** elaboração própria a partir de dados do Ministério da Fazenda.

No que se refere ao estímulo à exportação, o banco, também, tem um papel importante no seu financiamento, o que incentiva a diversificação produtiva de nossa economia e permite a nossas empresas ter acesso a um financiamento, em moeda doméstica, a taxas de juros competitivas em relação ao verificado em outros países.

**Tabela5** - Mudança na condição de financiamento

EXPORTAÇÃO		
	Condições Atuais	Novas Condições
Taxa de juros fixa (Grande empresa)	9% a.a.	Mantida
Taxa de juros fixa (MPME)	7% a.a.	Mantida
Part. Máxima (MPME)	Até 90%	Até 100%
Prazo Total de Financiamento	Até 24 meses	Até 36meses

**Fonte:** elaboração própria a partir de dados do Ministério da Fazenda

Associado ao financiamento do investimento e das exportações, o BNDES também possui vários programas de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico em setores intensivos em ciência e tecnologia e geradores de um alto valor agregado. O BNDES é o principal órgão executor da política industrial brasileira e, como tal, ele vem apoiando o desenvolvimento dos setores de bens de capital, produtos eletrônicos, *software* e produtos farmacêuticos.

**Tabela6** - Mudança na condição de financiamento

INOVAÇÃO		
	Condições Atuais	Novas Condições
Taxa de Juros fixa		

	• Inovação tecn.: 4% a.a.	• 4% a.a
	Capital inovador: 5% a.a.	•
	Inovação Produção: 7% a.a.	
Proengenharia	7% a.a..	6,5% a.a
Prazo de carência	36 meses	48 meses

**Fonte:** elaboração própria a partir de dados do Ministério da Fazenda

Além das iniciativas no campo econômico, o BNDES tem uma importante ação social, através de programas de microcrédito, de recuperação de instituições de ensino, de fortalecimento de instituições de saúde, e de capacitação e modernização da gestão de serviços sociais básicos.

O BNDES procura, também, apoiar as micro, pequenas e médias empresas do Brasil, que são responsáveis pela maior parte do emprego da economia, mas, que geralmente não tem acesso ao mercado de crédito privado. Os programas do BNDES são acessíveis para as MPME e incluem subsídios cruzados, de modo a possibilitar que estas empresas obtenham um financiamento mais barato do que o oferecido às grandes empresas, como se vê na tabela a seguir, na qual é mostrada uma melhoria nas condições de financiamento tanto de micro e pequenas empresas quando de empresas de grande porte.

Tabela 7 – Mudança na condição de financiamento

Ônibus e Caminhões- Produção Nacional		
	Condições Atuais	Novas Condições
Taxa de Juros Fixa	10% a. a	7,7% a. a
Prazo total	Até 96 meses	Até 120 meses
Até 80%	Até 100%	
<hr/>		
Part. Máxima grandes empresas	Até 70%	Até 90%
Pro caminhoneiro	7% a.a	55% a.a.
Ônibus Híbrido	5% a.a	5% a.a

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Fazenda

Similarmente ao apoio à MPME, o BNDES, também, utiliza subsídios cruzados para oferecer um financiamento mais barato para projetos em áreas menos desenvolvidas do Brasil O objetivo

é promover o desenvolvimento regional e a integração nacional de nosso País, através do apoio ao desenvolvimento do Nordeste, do Centro Oeste e da Amazônia.

Além de realizar operações de crédito, o BNDES possui uma vasta carteira de ações e títulos de dívida de empresas brasileiras. Como tal, o BNDES vem recentemente procurando contribuir para o desenvolvimento dos mercados de capitais do Brasil, através do lançamento de fundos de investimento de longo prazo, lastreados em sua carteira, e abertos a pequenos e grandes investidores.

Acerca do fortalecimento e internacionalização das empresas brasileiras, os diversos programas de financiamento e apoio do BNDES têm sido direcionados para o aumento do tamanho das empresas brasileiras. Para que o Brasil seja efetivamente competitivo no cenário mundial, nossas empresas precisam ser poderosas e operar em escala global.

O banco, também, fomenta a integração sul-americana por intermédio de linhas de crédito para apoiar a exportação de bens e serviços do Brasil, que permite o investimento em hidroelétricas, gasodutos, ferrovias, rodovias, pontes ou metrô a serem construídos em outros países da América do Sul, de modo a criar canais de comunicação e infraestrutura, que beneficiam a atividade econômica regional e a integração do Brasil com seus países vizinhos.

Os mecanismos de financiamento constituem-se em vantagens comparativas para as empresas estrangeiras, devido ao fácil acesso ao mercado de crédito internacional. Entretanto, um dos maiores problemas para que as empresas de países em desenvolvimento possam lograr uma expansão de sua produção e uma melhoria tecnológica é a falta de crédito de longo prazo a taxas de juros reduzidas. Tanto empresas de menor porte, quanto grandes projetos de infraestrutura sofrem com esta escassez de recurso. Este seria o papel do BNDES no estímulo ao desenvolvimento do país.

#### IV - Política Cambial

Compreendida pelos economistas desenvolvimentistas como uma das grandes distorções da economia brasileira, a obtenção de uma taxa de câmbio que viabilizasse as exportações seria um dos pontos centrais na retomada da industrialização do país. Uma estratégia para gerenciar



a taxa de câmbio, segundo os desenvolvimentistas, é indispensável quando se deseja um crescimento econômico sustentado e de longo prazo.

No que se refere a ações efetivas sobre o câmbio, considerado um dos principais instrumentos de competitividade do país pela visão social desenvolvimentista, era indispensável buscar uma maneira de se defender da guerra cambial que afetava negativamente as exportações brasileiras. Com a desvalorização das moedas nos países desenvolvidos, provocada pela política monetária implementada em resposta aos efeitos da crise, o Brasil deveria tomar uma posição ativa.

Uma taxa de câmbio em nível competitivo é resultado de uma política direcionada neste sentido por parte do governante. A política cambial, para ser adequada ao desenvolvimento, deve se opor às forças conjunturais que contribuem para o baixo crescimento e reverter as forças estruturais que contribuem para o atraso (SICSU, 2009). Para os desenvolvimentistas, a política industrial exitosa, no sentido de promover o estímulo à indústria de setores mais sofisticados, deve ser um complemento à uma política de taxa de câmbio competitiva. Países que produzem apenas *commodities* tem sua participação no mercado internacional bastante limitada, o que compromete as alternativas ao desenvolvimento da Nação. Segundo Sicsú (2009, p. 34),

Países desenvolvidos estão sempre se desenvolvendo porque descobrem novas oportunidades e têm conhecimento para aproveitá-las. Países atrasados, quando descobrem novas oportunidades, são obrigados a "arrendá-las" aos desenvolvidos, aumentando ainda mais a distância que os separa em termos de desenvolvimento e qualidade de vida.

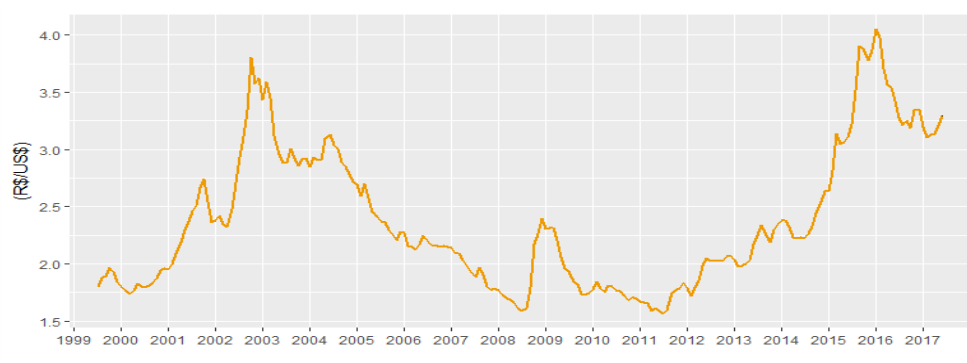
Desta forma, uma política cambial que estimule as exportações de produtos de alto valor agregado deve conter um conjunto de regras e políticas direcionadas para este fim. No entanto, o primeiro passo no sentido de formular uma política de câmbio competitivo é reduzir a remuneração dos ativos financeiros no país, ou seja, a redução da taxa básica de juros na economia é condição essencial para que, devido a liquidez internacional, não haja uma entrada excessiva de recursos estrangeiros na economia e exerça uma pressão no sentido de valorizar o câmbio.

O aumento das reservas internacionais, visando ampliar a capacidade de intervenção do governo no setor, a imposição de pagamento de imposto sobre operações financeiras (IOF) e redução da SELIC foram algumas das medidas que compunham este braço da estratégia formulada pelo governo como caminho para se proteger, também, o Brasil da política monetária

dos países desenvolvidos, que desvalorizavam a moeda local dando competitividade a indústria destes países em detrimento da indústria brasileira.

O controle do fluxo de capitais externos, também, foi usado com o objetivo de impedir que a entrada de dólares valorizasse o real, prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros. Foram tomadas providências de controle sobre os fluxos de capital estrangeiro, conforme a seguinte descrição:

**Gráfico 21** - Evolução da Taxa de Câmbio 1999 - 2017



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata

#### V -Proteção ao produto nacional.

De modo a favorecer a produção interna, em setembro de 2011 elevou-se em 30 pontos percentuais o IPI sobre os veículos importados ou que tivessem menos de 65% de conteúdo local. Em fevereiro de 2012, a Petrobras fechou acordo para alugar 26 navios-sondas a serem construídos no Brasil, com 55% a 65% de conteúdo nacional. Em junho de 2012, foi lançado o Programa de Compras Governamentais, beneficiando o setor de máquinas e equipamentos, veículos e medicamentos, também com regras favorecidas para a produção nacional. Em setembro de 2012, foram aumentados os impostos de importação de cem produtos, entre eles pneus, móveis e vidros.

Ainda no sentido de estimular a economia via medidas tributárias, houve um processo contínuo de desonerações, como a desoneração da folha de pagamento das empresas, com o objetivo de reduzir os custos de exportação, gerar mais empregos e ampliar o número de trabalhadores formais. Só para 2012, a desoneração total estimada foi de 4,9 bilhões de reais. Além disso, a desoneração à eletrodomésticos da linha branca (fogões, refrigeradores, lava roupas, etc.)

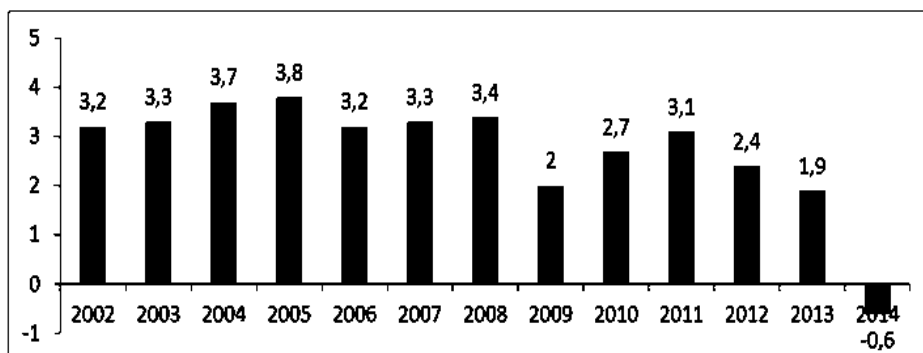
chegou a R\$271 milhões, entre 26-03-2012 a 20-06-2012. Para móveis e laminados, R\$198 milhões e para papel de parede, luminárias e lustres R\$20 milhões no mesmo período.

Em relação a infraestrutura, programas como o Reporto desonera do Imposto de Importação, do IPI e do PIS/COFINS, com impacto fiscal estimado em R\$ 432,3 milhões, entre 2012 e 2013;

#### 4.3 SIMILARIDADES ENTRE AS DUAS MATRIZES GOVERNAMENTAIS

Uma convergência importante entre os governos Lula e Dilma foi a manutenção, por quase todo o período do superávit primário, que só sofreu alguma redução nos períodos em que houve redução da atividade econômica, como em 2009, devido ao impacto da crise financeira iniciada nos Estados Unidos, e em 2014.

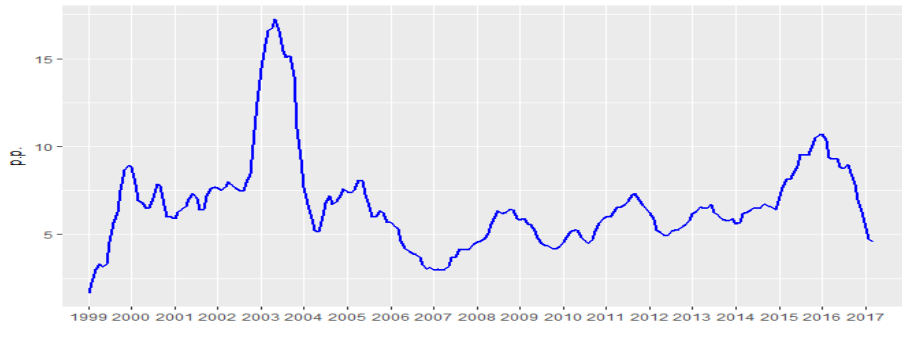
**Gráfico 22** – Resultado primário do setor público



**Fonte:** Ministério da Fazenda

O gráfico mostra que este superávit primário foi realizado mesmo em um contexto em que a inflação esteve sempre dentro das metas de inflação definidas, configurando uma das contradições do Governo Lula/Dilma, em que pese as formulações desenvolvimentistas.

**Gráfico 23**– IPC-AÍndice de Preço ao consumidor amplo. 2002/2014



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IpeaData

Outra forte característica dos governos Lula/Dilma foi a manutenção da valorização do salário mínimo, que possibilitou, aliado a ampliação de programas de transferência de renda como o bolsa família, uma enorme diminuição da população em extrema pobreza. Houve um aumento substancial do salário mínimo, saltando de R\$ 200,00, em 2002, para R\$ 724,00, em 2014.

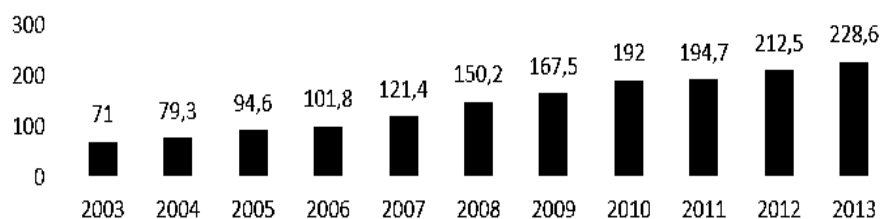
Gráfico 4 – Evolução do salário mínimo x inflação no Brasil 2003/2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Dieese

No que se refere à infraestrutura, a dinâmica do investimento também foi de alta, sendo 3,2 vezes maior, em 2014, do que foi em 2002.

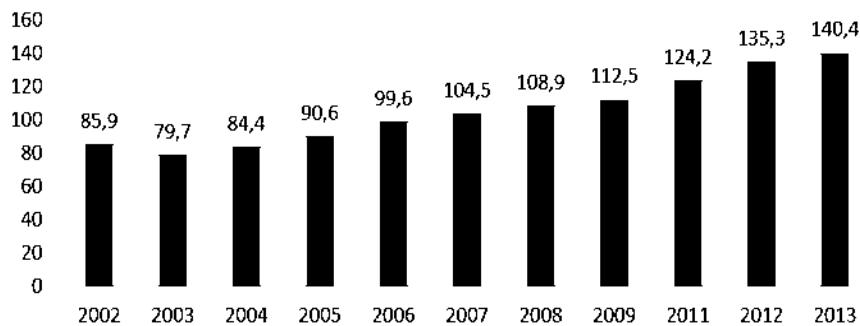
Gráfico24 - Investimento em Infraestrutura 2002/2013



Fonte: Ministério da Fazenda

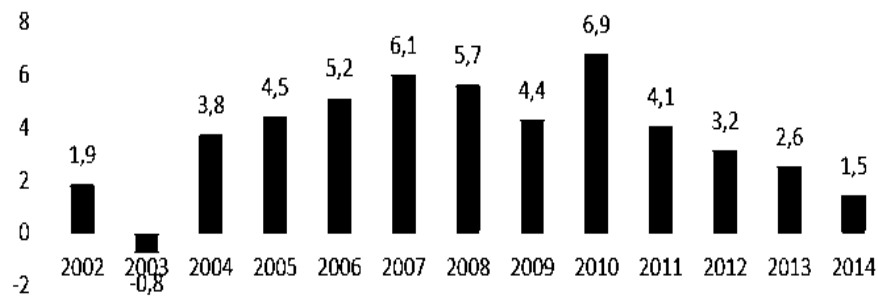
As relações entre os valores apresentados acima foram responsáveis por uma mudança significativa na economia brasileira, onde o crescimento do consumo, ancorado na valorização real do salário mínimo passaram a cumprir um papel principal. Com o crescimento da massa salarial, representada pela soma de todos os salários pagos aos trabalhadores durante o ano, houve, também, um crescimento do consumo das famílias, apesar da visível redução a partir de 2011

**Gráfico 25-** Massa Salarial no Brasil 2002/2013



Fonte: Ministério da Fazenda

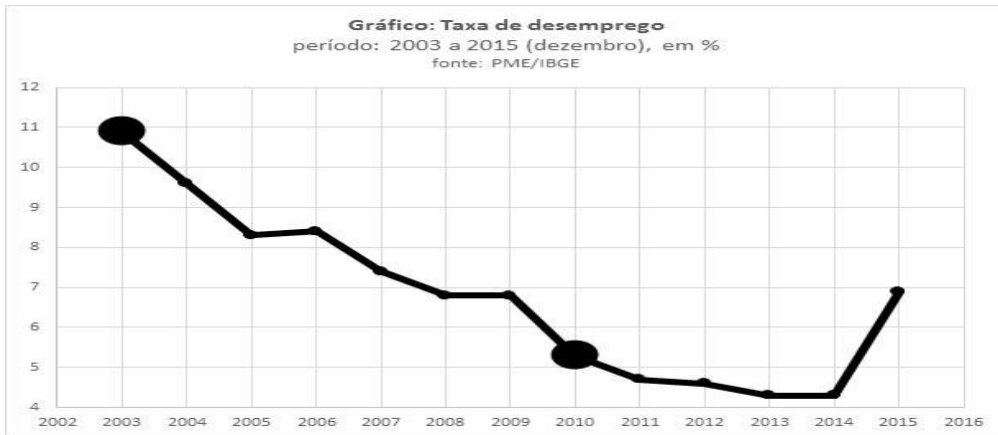
**Gráfico 26 -** Taxa de crescimento do Consumo das Famílias 2002/2014



Fonte: Ministério da Fazenda.

O aumento do ritmo de crescimento da economia resultou numa redução expressiva da taxa de desemprego, que foi de 12 %, em 2002, para 4,8%, em 2014, com exceção de 2009, quando o auge da crise financeira a fez elevar-se em 0,2 pontos percentuais, relativamente a 2008.

**Gráfico 27 -** Taxa de desemprego no Brasil 2003/2014

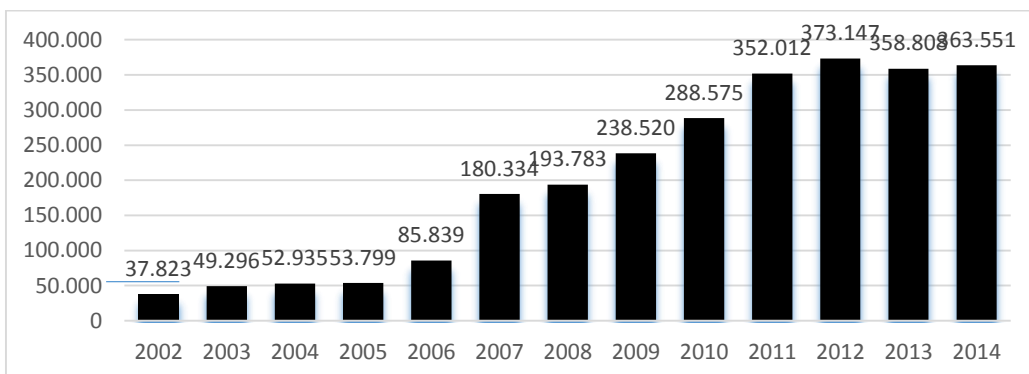


**Fonte:** Ministério da Fazenda

É interessante notar que a criação de emprego formal, mesmo considerando a valorização do salário mínimo, cresceu consistentemente durante todo o período analisado, ou seja, de 2002 a 2014, embora venha perdendo força desde 2012.

No que se refere a vulnerabilidade externa, o crescente aumento de reservas internacionais possibilitou uma relativa tranquilidade durante o período, com o aumento da capacidade do governo em resistir a pressões internacionais contra a moeda, ampliando a capacidade de intervenção governamental.

**Gráfico 28 – Reservas cambiais brasileiras 2002 - 2014 em US\$ bilhões**



**Fonte:** Elaboração própria com dados do IpeaData

Segundo Biancarelli(2013,)

É possível definir cinco períodos distintos para as configurações da política macro desde 2002. De 2003 a 2005, a fase teria sido de consolidação dos instrumentos da política macroeconômica em um ambiente internacional em melhora e vulnerabilidade externa sendo reduzida. Nos anos seguintes (até a metade final de 2008), teria havido uma inflexão decisiva na política econômica em direção às suas

características definidoras, em um ambiente internacional francamente favorável. Do fim de 2008 ao primeiro semestre de 2010, a gestão teria sido marcada pelas tentativas (exitosas) de reagir à crise iniciada no setor financeiro dos Estados Unidos, expandindo a renda por meio da política fiscal e monetária. No segundo semestre de 2010, teria havido outra inflexão, dessa vez contracionista nas duas frentes, acrescidas da apreciação cambial, com vistas a moderar o crescimento e as pressões inflacionárias.

Em relação ao combate a extrema pobreza, a criação do programa Bolsa Família, instituído pela medida provisória nº 132, em outubro de 2003, direcionado a pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, talvez seja o exemplo mais emblemático. O Programa teve uma variação, entre 2006 e 2014, de R\$60 e R\$154, com um custo de 05% do PIB e alcançando 1/4 da população. Entretanto, comparado ao pagamento dos juros da dívida pública, de 8,89% do PIB de 2015, R\$ 510,6 bilhões, de acordo com o BACEN (2015), ou seja, o pagamento de juros da dívida pública é quase 18 vezes maior que o custo com o Bolsa Família. Em 2014, o Bolsa Família beneficiou 14.003.441 famílias pobres no país, sendo que 50,05% (7.099.673) delas na Região Nordeste.

O Bolsa Família é apontado como o maior da nova geração de programas sociais da América Latina, baseado no princípio da “transferência condicional de dinheiro”, diversos órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Cepal, entre outros, avaliam o PBF como um programa a ser copiado por outros países para combater a fome e a pobreza (ALVES 2014).

A importância do programa na assistência aos pobres pode ser observado no quadro abaixo:

**Quadro 1** - Dados do nível de extrema pobreza e pobreza da população na região Nordeste 2004 – 2013.

<b>Estados do Nordeste</b>	Número de indivíduos extremamente pobres - Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas (2004)	Número de indivíduos extremamente pobres - Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas (2013)	Número de indivíduos pobres - Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas (2004)	Número de indivíduos pobres - Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas (2013)
Alagoas	1.042.581	407.394	1.958.608	1.109.016
<b>Bahia</b>	<b>3.378.609</b>	<b>1.160.508</b>	<b>7.560.631</b>	<b>3.522.765</b>
Ceará	2.069.790	927.434	4.502.109	2.383.155
Maranhão	2.199.174	1.174.693	3.759.384	2.382.436
Paraíba	966.606	319.867	2.059.685	1.037.544
Pernambuco	2.474.851	858.085	492.3751	2.379.127
Piauí	858.127	290.638	178.9635	872.486

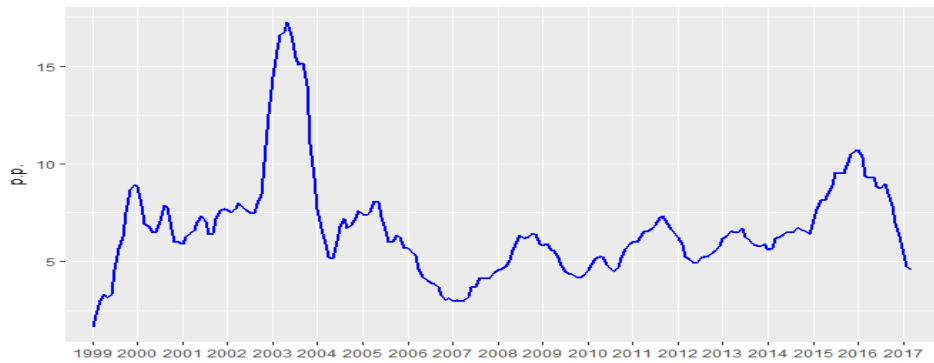
Rio Grande do Norte	692.072	249.600	155.9900	760.844
Sergipe	388.209	134.497	923.970	514.136

**Fonte:**Daniel Alves a partir de dados do IpeaData

Considerando o estado da Bahia como exemplo, houve uma redução do número de cidadãos extremamente pobres no montante de 55,67%, enquanto a população considerada pobre sofreu um decréscimo de 47,06%.

A inflação anual média também esteve relativamente baixa durante o período Lula/Dilma, em torno de 5,8%.

Gráfico 13- IPCA acumulado em 12 meses -1999 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IpeaFazer passagem para próxima seção.



## 5 CRÍTICAS A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA

### 5.1 HETERODOXOS E A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA

O debate macroeconômico frequentemente se torna ininteligível para o público não especializado. A existência de inúmeras narrativas formuladas por economistas representantes de escolas distintas, quando não antagônicas, e com metodologias e modelos diferentes buscam explicar o mesmo evento, qual seja, as baixas taxas de crescimento da economia brasileira, sob governo Dilma, por vezes dificulta a compreensão do debate. Neste sentido, elencar algumas críticas e tentar identificar a escola econômica a qual o antagonista pertence ajuda a tornar a discussão um pouco mais clara.

Oreiro(2015) lista os motivos que levaram ao fracasso da Nova Matriz Econômica. Segundo o economista, o fracasso em combater os juros elevados e câmbio apreciado são responsáveis pela baixa taxa de investimento privado, ainda que o governo tenha se esforçado para baixar a taxa de juros, medida que durou um curto período de tempo, insuficiente para causar o efeito desejado. Para Oreiro (2015, p. xx), “O investimento privado responde a estímulos pecuniários. Se o setor privado está investindo pouco no Brasil é porque a taxa esperada de retorno dos projetos de investimento é baixa, e isso decorre da combinação entre câmbio apreciado e juros elevados. O investimento público tem se mantido muito aquém do desejável, abaixo, portanto, do que seria necessário para induzir o crescimento da economia brasileira”.

Nos últimos anos, a taxa de investimento, ou seja, a razão entre o gasto realizado na compra de máquinas, equipamentos e instalações e o PIB, tem flutuado em torno de 19%. Para que o Brasil possa crescer de forma sustentada, sem pressões inflacionárias, a um ritmo de 5% a.a, é necessário que a taxa de investimento seja de, pelo menos, 24% do PIB. Daqui o autor conclui que a taxa de investimento precisa aumentar 26,31% para que seja possível alcançar essa meta de crescimento.

Segundo Gonçalves (2014), o insucesso do governo Dilma se deve a fatores como: uma conjuntura internacional desfavorável, que segundo o autor teria impactado fortemente a economia durante o governo da presidenta Dilma e dificultado o sucesso das políticas implementadas.

O equívoco na implementação das políticas, ausência de reformas, que deveria ir no sentido de romper definitivamente com o Modelo Liberal Periférico que, segundo o economista, caracterizou a economia brasileira desde a implementação das reformas impostas pelo consenso de Washington, e aumentou a fragilidade interna e externa da economia brasileira devido as privatizações, desregulamentação e abertura financeira que acarretaram baixas taxas de crescimento para a economia em todo o período.

Na visão de Singer (2015), o ensaio desenvolvimentista formulado e implementado pelo governo Dilma deve seu malogro a uma leitura equivocada da realidade sócio econômica. A ideia segundo a qual direcionar recursos para o setor industrial por intermédio da concessão de empréstimos a juros subsidiados e a concessão de desonerações seria suficiente para amalgamar uma coalizão produtivista mostrou-se falsa.

Para Singer(2015, p. 10)

Resulta a hipótese de que se avançou no ar, obtendo série notável de avanços no primeiro ano e meio do experimento (agosto de 2011 a abril de 2013), mas sem chão para prosseguir depois que a reação, iniciada pelo BC, entrou em cena. Enquanto, pelo alto, Dilma e Mantega realizavam ousado programa de redução de juros, desvalorização da moeda, controle do fluxo de capitais, subsídios ao investimento produtivo e reordenação favorável ao interesse público de concessões à iniciativa privada, no chão social e político o vínculo entre industriais e trabalhadores se dissolvia, e os empresários se unificavam “contra o intervencionismo.

Ainda segundo Singer (2015), o “ensaio desenvolvimentista” do governo Dilma, denominado sofreu pressões por parte de inimigos poderosos. Os empresários industriais, elo indispensável na coalizão produtivista, num primeiro momento clama pela intervenção estatal, no sentido de corrigir distorções na economia passam, num segundo momento, a observar que a intervenção estatal contempla, também, os interesses dos seus adversários de classe, os trabalhadores, aos quais se aliara devido a conjuntura. Sem controle sobre o poder estatal e sua política de redistribuição de renda e aumento real do salário mínimo, o que segundo Bresser(2014) tem impacto bastante negativo no investimento, a burguesia revolta-se contra seus próprios interesses, com o objetivo de evitar um mal maior, visto como a possibilidade de um Estado forte ditando as regras do desenvolvimento no país, une-se, então, ao bloco rentista, como objetivo de cancelar o ensaio desenvolvimentista.

## 5.2 ORTODOXOS E A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA

Economistas de viés liberal no Brasil advogam uma posição diferente no que se refere a condução da política macroeconômica, quando comparado à novo desenvolvimentista (heterodoxa), ainda que também sejam críticos da política econômica do governo Dilma.

Segundo Lisboa (2016), o debate acerca de indicadores macroeconômicos como piora fiscal, inflação e queda do PIB são indicativos de que o país saiu dos rumos corretos, traçados durante o governo FCH e torneados, principalmente, durante a primeira gestão do presidente Lula, da qual o economista fez parte.

A ideia de que o desenvolvimento seria fruto de um governo que liderasse o processo, por intermédio de uma política intervencionista que buscasse um retorno às ideias desenvolvimentistas, pelo uso de programas de substituição de importações, desonerações e direcionamento de linhas de crédito para setores específicos, fechando a economia e fortalecendo a indústria nacional, mostrou-se equivocada.

Para Lisboa (2016), quando se opta por fazer navios, tiram-se recursos de outras necessidades e atividades econômicas, e nossos navios custam mais caro e demoram mais tempo a ficar prontos. Esta agenda foi apoiada por diversas lideranças empresariais, não foi uma proposta unilateral do governo.

Apesar dos R\$450 bilhões de investimento injetados na economia pelo BNDES, depois de 2011, o investimento, a geração de empregos e o crescimento econômico foram caindo sistematicamente. A aposta equivocada num modelo de crescimento, que deu errado, teve como resultado uma conta a pagar de R\$200 bilhões de subsídio ao crédito e resultou na grave recessão que se aprofundou em 2015.

Além do componente de escolha da política econômica, há um componente ainda mais urgente e de resolução mais demorada, que é o componente estrutural, programas não sustentáveis são mantidos e ações pouco populares, mas necessárias para reencaminhar a economia ao crescimento, são postergados apenas pela necessidade de se manter no poder, segundo Lisboa

(2016). Entretanto, não enfrentar os problemas estruturais e adiar as reformas tomando “atalhos” só mascara e agrava o problem

Pessoa (2015) expõe o que a seu ver foram os erros centrais cometidos pelo Governo Dilma. A presidente não foi capaz de conduzir as expectativas dos agentes de forma adequada, as sucessivas intervenções na economia, por intermédio de programas de desonerações, escolha de setores privilegiados para direcionar recursos via BNDES, sua tentativa frustrada de segurar baixa a taxa básica de juros, a SELIC, desconsiderando a necessidade de manter a inflação sob controle, além de tratar com leniência a questão das contas públicas, causou um ambiente de incerteza para os agentes econômicos, o que impede a retomada do processo de investimento. Nas palavras de Pessoa (2015,): “É impossível planejar e investir em uma sociedade em que o Tesouro Nacional não consegue estabilizar a trajetória da dívida pública”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o conjunto de políticas econômicas implementadas pelo governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2013, conhecida como Nova Matriz Econômica, considerada como um aprofundamento das políticas gestadas durante os governos Lula I e II e verificar se estas políticas foram de fato influenciadas pela estratégia de desenvolvimento social desenvolvimentista ou consistem apenas na continuidade de políticas neoliberais. Para isso foi feita uma análise da literatura existente, documentos, artigos e bases de dados que tratam do assunto.

Concluiu-se que o fato de haver um *mix* de políticas liberais e desenvolvimentistas não permite taxar os governos Lula/Dilma como neoliberais, sem incorrer em um erro de análise. A manutenção, que tinha o intuito de ser momentânea, de políticas neoliberais deve-se ao ambiente conjuntural nocivo ao desenvolvimentismo, devido a coalizão de classes estabelecida, no qual a transição, que pressupõe elementos entrelaçados do velho, representado pelas políticas neoliberais, e do novo, consubstanciado na direção social desenvolvimentista dos governos, deveria ser realizada de forma hábil, sob pena do confronto direto recrudescer a luta política e possibilitar o alinhamento das frações de classe dirigentes, no setor financeiro e industrial, contra o social desenvolvimentismo em ascensão, como se viu no segundo governo Dilma.

Primeiro, buscou-se compreender o neoliberalismo e as políticas neoliberais no Brasil, materializadas nas realizações dos governos Collor, Itamar e FHC. Observou-se que a adesão a política proposta pelo Consenso de Washington, em seu ponto alto, os dois governos de FHC, teve consequência uma piora considerável de quase todos os indicadores macroeconômicos após um breve surto de consumo viabilizado pela valorização da moeda.

O principal recurso utilizado no sentido de estabilizar a economia, o Plano Real, acabou por ter um dos seus mecanismos principais, a ancora cambial, inviabilizado, devido a impossibilidade de sobrevalorização permanente do cambio, principal responsável pela queda da inflação, além de aumentar a vulnerabilidade externa brasileira, culminando na crise cambial de 1999. A alternativa proposta no sentido de remodelar a política macroeconômica, o chamado

tripé macroeconômico, encontrou como único recurso para atrair capital externo e manter a estabilidade da inflação o aumento das taxas de juros, o que, por sua vez, aprisionou a economia brasileira num ciclo de baixo crescimento.

Em seguida, procurou-se compreender de que forma o Social Desenvolvimentismo moldou a concepção petista, no que tange a política macroeconômica. Observou-se que a busca por resgatar e adaptar conceitos desenvolvidos pelo Nacional Desenvolvimentismo à realidade brasileira atual culminou com a implementação de uma política que buscava conciliar crescimento econômico com distribuição de renda e foi responsável por uma mudança considerável no perfil da economia brasileira, principalmente durante o governo Lula.

Entretanto, diferente do seu antecessor, que tinha como regra a realização de reformas por intermédio de grandes acordos, evitando a todo custo o confronto, o governo Dilma Rousseff foi marcado por uma conjuntura externa menos aprazível aos interesses do país e por conflitos explícitos, principalmente com o setor financeiro, como ficou claro no discurso realizado por ocasião do Primeiro de Maio, no qual a presidenta criticou veementemente a posição dos bancos em manter altos níveis de *spread*.

Em que pese o sentido de continuidade entre os governos, observado, dentre outros, na ideia de crescimento com distribuição de renda, outra marca importante na comparação entre os dois governos foram as diferenças na conjuntura político econômica, interna e externa, na qual os dois governantes realizaram seus mandatos.

Enquanto Lula se beneficiou de um período no qual a crescente absorção interna da china viabilizou um aumento do preço das *commodities*, o que lastreou o governante e lhe permitiu uma margem importante para implementar as políticas sociais, o governo Dilma teve início em meio ao turbilhão que a crise europeia causou na economia mundial, exigindo uma formatação diferente da estratégia, com o intuito de retomar o crescimento.

Observou-se que o governo Dilma buscou escapar da estagnação pela qual passou a economia mundial por intermédio de políticas de reindustrialização, que pressupunham uma aliança entre o Estado, os trabalhadores e o setor industrial, no sentido de dinamizar a estrutura produtiva do país.

Assim, a nova matriz econômica consistiu num conjunto de políticas tais como: redução dos juros, desvalorização do real, favorecimento do produto nacional, combate ao capital especulativo, desoneração da folha de pagamento e política industrial, que visavam retomar o crescimento econômico e alçar a indústria como setor estratégico no processo de desenvolvimento brasileiro, reduzindo a dependência da economia por produtos de pouco valor agregado.

Estes resultados mostram a base social desenvolvimentista que lastreou as decisões em termos de políticas macroeconômicas e setoriais formuladas e apresentadas pelo governo.

As críticas apontadas neste trabalho, elencadas por aliados e opositores, tem o sentido de buscar pistas e ajudar a formular hipóteses que clarifiquem o motivo que levou a empreitada a não lograr os objetivos almejados.

Dentre as observações feitas, as mais relevantes como caminho para pesquisas subsequentes são as que buscam formular hipóteses que expliquem a falta de adesão do setor industrial, área extremamente sensível ao projeto de desenvolvimento desejado, mesmo depois de terem demandas importantes atendidas, contrariando, aparentemente os interesses do setor.

Um caminho importante para pesquisas posteriores é buscar compreender como o aumento da força dos trabalhadores, impulsionado pelo pleno emprego, afetou o ânimo dos empresários em apoiar o projeto. Segundo representantes do setor, o custo da mão de obra artificialmente inflacionado onerava fortemente os custos da empresa e tornava a atividade industrial inviável, devido as baixas taxas de lucro.

Entretanto, as desonerações implementadas de forma equivocadas pelo governo e que culminou com uma queda acentuada da arrecadação do governo, sendo em parte responsável pela intensificação da crise, não foram reinvestidas em expansão da capacidade produtiva, servindo para recompor as taxas de lucros dos empresários.

A avaliação do governo Dilma de que a crise internacional abriria espaço para acelerar as reformas moldadas durante o governo Lula e ajustar a trajetória do modelo econômico, tinha um forte viés desenvolvimentista. Por conta de uma questão fundamental para o Social Desenvolvimentismo, a de que seria possível uma aliança de classes entre o setor produtivista

que minasse a influência dos bancos na economia e restaurasse progressivamente a participação da indústria, tornando a exportação de produtos com alto valor agregado o mote central do processo de desenvolvimento brasileiro.

O governo se mostrou míope à realidade que apontava em outra direção: a relação simbiótica entre as empresas industriais e financeiras é quem dita o ritmo da acumulação de capital e em momentos extremos, quando há a possibilidade real de que a sociedade brasileira tome as rédeas do processo de desenvolvimento do país e contra todos os governos que ousam estabelecer a transformação e o progresso social como metas, as frações das classes dirigentes que se digladiam em busca de uma porção maior do excedente social, restauram alianças e combatem com todas as forças o inimigo em comum, qual seja, o desenvolvimentismo com viés social.



## REFERENCIAS

ANDRADE, Rogério Pereira. Expectativa, incerteza e instabilidade no capitalismo: uma abordagem a partir de Keynes. **Revista de Economia Política**, São Paulo, V.07.n 2, abril/junho de 1987.

BARROS, José Mendonça de .A volta da nova matriz econômica. **Estadão**. São Paulo, p. 20-27. 20 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth .A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo . **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16 , p. 779-810, dez. 2006.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BOITO JUNIOR, Armando. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/caeta/PIICdos.pdf>> Acesso em: 28de agosto de2016.

BUHSE, Ana Paula; PEREIRA, José Maria Dias. **O novo-desenvolvimentismo: uma construção inacabada**. Disponível em: [http://www.apec.unesc.net/VII\\_EEC/sessoes\\_tematicas/%C3%81rea%201%20Des.%20Amb/O%20novodesenvolvimentismo%20uma%20constru%C3%A7%C3%A3o%20inacabada.pdf](http://www.apec.unesc.net/VII_EEC/sessoes_tematicas/%C3%81rea%201%20Des.%20Amb/O%20novodesenvolvimentismo%20uma%20constru%C3%A7%C3%A3o%20inacabada.pdf) Acesso em: 25 de abril de 2015.

1. Belluzo, Luiz Gonzaga. **1929 e 2008: reações à crise**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/767/1929-e-2008-reacoes-a-crise-874.html>. Acesso em : 6 mai. 2015

Bielschowski, Ricardo. O velho e o novo desenvolvimentismo. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/o-velho-e-o-novo-desenvolvimentismo/>. Acesso em: 20 março de 2016.

CAGNIN, Rafael Fagundes; NOVAIS, Luis Fernando. et. al. A gestão macroeconômico governo Dilma. **Boletim de Economia da Fundep**, n.7, ago.. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/11.pdf>. Acesso em : 20 de março 2016.

CARNEIRO, R. A política macroeconômica da era FHC ao governo Lula: da trindade impossível à autonomia necessária. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002005000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300004). Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte. V. 16, n.1, p. 101 – 134, jan./abril. 2006.

CARVALHO, Carlos Eduardo. O fracasso do Plano Collor: Erros de concepção ou de execução? **Revista de economia**, Niterói (RJ), v.4, n. 2, p.283-331, jul./dez. 2003.

CASAGRANDE, Elton. Os fundamentos keynesianos da decisão de investir. **Revista Perspectivas**, São Paulo, V. 19. n 33, fevereiro 1996.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**.. São Paulo. UNESP. 2004. P30.

COSTA, Adonias Filho. Incerteza e atividade econômica do Brasil. **Revista de Economia Aplicada**, , v. 18, n. 3, 2014, pp. 421-453, jul 2014

COSTA, Fernando Nogueira da. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo**: do socialismo utópico ao social desenvolvimentismo. Texto para discussão Campinas: UNICAMP, 2013. Texto para discussão, 205

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). ICEI – **Índice de Confiança do Empresário Industrial**. Maio 2016. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoesestatisticas/estatisticas/2016/05/1,40572/icei-indice-de-confianca-do-empresario-industrial.html>. Acesso em: 23 de maio de 2016

FERRAZ, Fernando Cardoso. **Crise financeira global**: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados90 f .2016. Dissertação. (mestrado em economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

FILGUEIRAS, Luis. **O neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Disponível em :<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>> . Acesso em 25 de janeiro de 2015;

FONSECA, Pedro Cesar Dutra .Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004

GALA, Paulo.**Crise na Europa: o velho problema da sobrevalorização cambial.** Disponível em :<<http://www.paulogala.com.br/crise-na-europa-o-velho-problema-da-sobrevalorizacao-cambial/>> Acesso em: 13 outubro 2016.

GENTIL, Denise; HERMAN, Jennifer. **A política fiscal do primeiro governo Dilma: ortodoxia e retrocesso.** Disponível em <[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos\\_sem\\_peq/texto1711.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos_sem_peq/texto1711.pdf) >. Acesso em: 25 abril/2016

GONÇALVES, Leonardo. Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas.**REVISTA Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 31, p. 5-30, fev. 2012.

HOLLAND, Marcio; Cautela com a nova matriz econômica. **Jornal Valor Econômico**. 17 dez. 2012. Em <http://www.valor.com.br/valor-veste/o-consultor-financeiro/2943594/cautelacom-%E2%80%9Cnova-matriz-macroeconomica%E2%80%9D>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Taxa de Investimento como Proporção do PIB.** Maio 2016. Elaboração; Spotiniks. Disponível em: <http://spotiniks.com/13-graficos-e-mapas-que-mostram-como-o-governo-dilma-vai-de-mal-a-pior/> Acesso em :30 de abril de 2016.

MANTEGA, Guido. A nova matriz econômica. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829>. Acesso em: 03 de mai. de 2015.

MANTEGA, Guido. Rumos da economia brasileira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Fb24WWZors>. Acesso em: 9 de agos. De 2015.

MERCADANTE, Aloisio. Pronunciamento. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/386498>. Acesso em: 25 de agost. 2014.

MOREIRA, Cassio Silva. **Do nacional-desenvolvimentismo ao social desenvolvimentismo: a retomada do projeto trabalhista.** Disponível

em:[http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2015/artigo/do\\_nacional.pdf](http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2015/artigo/do_nacional.pdf) Acesso em: 25 de janeiro de 2015.

OREIRO, José Luis. **A armadilha juros-câmbio:** a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro. Disponível em: <<https://jlcoreiro.wordpress.com/2014/04/04/aarmadilhajuros-cambio-a-continuidade-do-desequilibrio-macroeconomico-brasileiro/>. > Acesso em: 16/maio /2015.

OREIRO, José Luis. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Revista de Estudos avançados**. n 26 ago. 2012. Disponível em :<<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/e61934358ca9765da9824323cf2b2ded23fa5ead.pdf>.> Acesso em: 13/05/2016.

PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCANHOLLO. Marcelo Dias. **Abertura Financeira e Vulnerabilidade Externa na América Latina:** os impactos sobre Brasil, México e

PAULA, Luiz Fernando. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. **Nova Economia**, São Paulo. v.26 n.3 p.775-807. mar. 2016.

Argentina. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2002/abertura\\_financeira\\_e\\_vulnerabilidade\\_externa\\_na\\_america\\_latina.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2002/abertura_financeira_e_vulnerabilidade_externa_na_america_latina.pdf)> Acesso em: 28 de maio de 2015.

PEREIRA, Bresser. O governo Dilma frente ao tripé macroeconômico e a direita liberal dependente. **Revista Novos Estudos**. CEBRAP. n.95. nov.2013. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/01.pdf>. Acesso em : 25 de fevereiro de 2014.

PEREIRA, Bresser. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política** v. 36, n.2, p.237-65, 2016

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Revista de sociologia e política** São Paulo, v.21, n.47, p.21-29, set. 2013

PESSOA, Samuel de Abreu. **As chances perdidas de Dilma**. São Paulo. 28 de setembro de 2015. Disponível em:<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/chances-perdidas-dedilma/>. Acesso em : 16 de novembro 2015

PINTO, Costa Eduardo; FILGUEIRAS Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment:** Três interpretações da conjuntura econômica e política. Rio de Janeiro. UFRJ, set. 2015. Texto para discussão

PIRES, Julho Manuel; ANDRÈ, Fernandes Galhardo. Caminhando em círculos: idas e vindas da política econômica do governo Dilma. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, V.. 26. n 47, p. 197-215. Jan-mar 2015.

SICSÛ, João ; PAULA, Luiz. Por que o novo desenvolvimentismo? **Revista de economia política**.V. 27. n 24,p507-52. Out-dez 2007

SICSÛ, João. Taxa de câmbio dentro de uma estratégia de desenvolvimento. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 31-38, junho 2009

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curta**. São Paulo: Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, 201. (Cenedic) São Paulo.

Souza, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo. Casa da Palavra,2016. p 20.

TEIEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **Economia política dos governos FHC, Lula e Dilma**: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, set. 2015. Texto para discussão